

ATA N.º 03/2020

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 29 de junho de 2020.-----

----- Aos 29 dias do mês de junho de 2020, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo do n.º 2 do art.º 7 B. da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (COVID 19);-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aplicação de pavimento no Quintal da Fonte;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de jardim na entrada da Quinta da Sobreira;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação das entradas da Freguesia;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza florestal na Quinta da Sobreira;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação da Escola do 1.º CEB da Granja;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXII Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Pequenas Vozes de Febres;-----
- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de terreno para abrigo na Taboeira;-----

- 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Obras de ligação na Rua da Gândara – Outeiro, em Cordinhã;-----
- 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã;-----
- 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Execução de passeios na Rua do Valongo e Rua do Penedo da Saudade;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Construção de passeios na EN 234;-----
- 15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de terreno para Parque de Lazer;-----
- 16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Requalificação do Largo de São João;-----
- 17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza do Parque de Merenda das Berlengas;-----
- 18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de passeios no Largo António José de Almeida;-----
- 19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de varredora;-----
- 20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha;-----
- 21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo 12 de Julho no Corticeiro de Cima;-----

- 22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de pontes na Malhada;-----
- 23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Limpeza do Parque da Carvalheira;-----
- 24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção de passeios na Areia da Camarneira;-----
- 25 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de passeios na Rua do Barreiro, Rua da Boavista, Rua de Sepins Pequeno em Sepins e Rua do Carvalhal no Bolho;-----
- 26 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Manutenção de áreas ajardinadas;-----
- 27 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins, Muro de Suporte e Requalificação do Cemitério do Bolho;-----
- 28 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias do Concelho / Aquisição de EPI's/COVID 19 para fornecimento à população;-----
- 29 - Relatório Anual de Atividades da CPCJ e Plano de Ação para 2020 / Para conhecimento;-----
- 30 – Proposta da Estrutura Orgânica do Município de Cantanhede, do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal 2020;-
- 31 – Relação das Isenções das taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2020 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento;-----
- 32 – Contrato de Empréstimo a médio/longo prazo até ao montante de 3.200.000,00€

celebrado com o B.P.I., S.A. / Reformulação da deliberação de 05/11/2019 e aprovação da minuta da adenda ao contrato;-----

33 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público "Construção/Beneficiação/Reparação de edifícios escolares (JI/EB1/CE), por empreitada: Ampliação e Requalificação da EB1 de Febres;-----

34 - Incorporação do Saldo de Gerência – 2019 / Indicações da DGAL / Complemento da deliberação da Câmara Municipal de 17/03/2020 / Para conhecimento;-----

35 – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2019 e aplicação do resultado líquido do Exercício / Relação dos bens patrimoniais do Município;-----

36 – Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidada do Município de Cantanhede relativo ao ano económico de 2019;-----

37 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2020.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, recordando que, devido ao estado de calamidade e à crise pandémica vivida, conforme acordado com a Sr.ª Presidente da Câmara e os líderes das bancadas da Assembleia Municipal, a sessão foi presencial apenas para os membros da Mesa da Assembleia, Líderes/responsáveis das bancadas com assento na Assembleia Municipal e Executivo Municipal, sendo que a participação dos restantes membros da Assembleia Municipal foi efetuada através de videoconferência, de acordo com o n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março. Assim, com os restantes elementos da Mesa conferiu as presenças, ausências

e pedidos de substituição, tendo justificado as faltas do Sr. Carlos Alberto Gonçalves Ventura, do Sr. José Carlos Martins de Jesus e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Nelson Bandeira Maia e do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis, por motivos pessoais e profissionais, conforme documentos apresentados. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Covões e Camarneira pelo seu Tesoureiro e Pedro China Mateus Veríssimo e da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, pelo seu secretário, Carlos Manuel Oliveira Gregório.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou ainda que, para além dos elementos da Mesa estiveram presentes no Salão Nobre, o Sr. Rogério Paulo Simões Marques, a Sr.ª Ana Margarida Constantino Maia, a Sr.ª Áurea da Cruz Flamino de Andrade, o Sr. Ricardo Ferreira de Almeida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Miguel Cruz Santo Gomes Fernandese e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, Luís António dos Santos Arromba.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal por meio de videoconferência.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 01/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2020.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 01/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2020 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2020, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 27 de março de 2020.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a

Ata n.º 02/2020, da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 27 de março de 2020 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 28 de fevereiro 2020 a 29 de junho de 2020, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou à consideração de todos os Membros da Assembleia Municipal a inclusão na Ordem de Trabalhos de um voto de pesar pelo falecimento da Dr.ª Eva Neves Dias e outro pelo falecimento do Sr. Manuel Augusto Almeida dos Santos, recordando que os dois Votos de Pesar foram concertados entre todas as bancadas. Colocadas aquelas inclusões na Ordem de Trabalhos a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, ficando aqueles dois Votos de Pesar a constar da Ordem de Trabalhos da presente sessão.-----

----- Deu então início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. José Vieira, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão abordou alguns assuntos que considera preocupantes, nomeadamente: - Relativamente à sinalização rodoviária, que tem verificado que algumas passadeiras estão mal sinalizadas e em locais que lhe parecem não serem muito corretos, como por exemplo, em cima ou muito perto de cruzamentos ou de rotundas; - Relativamente à questão da ciclovias, uma mais-valia para a cidade, que lhe parece existir falta de sinalização, nomeadamente, de aviso de aproximação de cruzamentos ou de estradas para quem a usa, ou de aproximação de ciclovias para quem nas estradas vem de carro, o que, nos dois casos, poderia ser feito através de sinalização vertical ou horizontal; - Relativamente à casa de banho do Parque de São Mateus, que se encontra fechada há bastante tempo, considerou que poderia ser reaberta mas com uma pessoa

presente para controlar as entradas e as saídas; - Solicitou informação sobre a forma como foi feito o apoio às escolas nesta fase da pandemia, nomeadamente, quanto ao material necessário e aos computadores e, recordando que alguns dos seus alunos têm demonstrado que se encontravam a passar por situações graves, de falta de alimentação, questionou sobre a forma como a Câmara está a fazer o acompanhamento daquelas situações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Secretário da Junta de Freguesia de Cadima, Carlos Gregório, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão teceu algumas considerações acerca da Freguesia de Cadima, nomeadamente: - Referiu a preocupação comum a todos os seus residentes relativa o sinal da internet, em particular aos alunos no período das aulas *on line* e solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara para interceder novamente junto das autoridades competentes naquela matéria para que a situação seja resolvida o mais breve possível; - Referiu ser de louvar o gesto de seu conterrâneo, Nuno Sebastião, Presidente de uma empresa tecnológica chamada "Feedzai", com cerca de 500 empregados a nível mundial e que ofereceu à Junta de Freguesia de Cadima 30 computadores, que foram distribuídos por alunos carenciados da Freguesia que, muitas vezes acediam à internet de formas muito rudimentares, como seja através de telemóveis e outros meios menos próprios; - Referiu o esforço que a Câmara Municipal de Cantanhede fez no presente ano na Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, que se refletiu na atribuição da Bandeira de Ouro àquela praia. Recordou também as obras que foram levadas a cabo e algumas que ainda continuam a decorrer, como por exemplo, um bloco novo de wc's, a sustentação dos taludes da zona verde e a vedação da zona de piscina que fez com que o nível do lençol de água subisse, trazendo maior qualidade à praia e mais gente aos Olhos da Fervença.-----

----- Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Sofia Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, assinalou algumas obras realizadas, nomeadamente: - Na entrada nascente da cidade, junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários, a inclusão da rotunda que facilita o escoamento do trânsito, reforçando também a acessibilidade a alguns pontos da cidade, nomeadamente, ao posto da G.N.R., ao quartel dos Bombeiros, ao Centro Paroquial, às Escolas e à Biblioteca; - Relativamente à colocação na rotunda da estátua "Poema à Vida", de Abílio Febra, em pedra de Ançã, realizada no 1.º Simpósio da Pedra e anteriormente exposto junto à G.N.R., por se tratar de um ponto de entrada da cidade e, não desconsiderando a obra em questão que já tinha um espaço de exposição, sugeriu que aquela rotunda pudesse ser embelezada com uma escultura de um artista do concelho, como forma de homenagear a arte e a cultura do concelho; - Relativamente à via em que se insere a rotunda, junto ao campo do Parque Desportivo de S. Mateus, lamentou o derrube das árvores que ali se encontravam e questionou se não teria sido possível a manutenção das mesmas; - Ainda nessa via, questionou sobre a segurança dos transeuntes, ciclistas e automobilistas, em futuros dias de atividades futebolísticas, pois não se vê nenhuma estrutura que limite o campo de forma a garantir que as bolas utilizadas em dias de treino não passem para a via pública.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que a 27 de junho de 2019, assistiram neste órgão ao episódio trágico que vitimou o colega e amigo, Carlos Saro Negrão, pessoa que tinha amor à sua terra, um orgulho tremendo no associativismo que sempre fez parte da sua vida e na ação de autarca que desempenhava com rigor, justiça e, acima de tudo respeito por tudo e por todos.

Acrescentou que, a bancada do P.S. agradece ao executivo a homenagem que ocorreu na presente data, dá um abraço fraterno a todos quantos conviveram com aquele amigo e propõe que todos afirmem no seu quotidiano os valores de cidadania que ele defendia e congregava, não só no presente órgão, como também enquanto município. De seguida, informou que foi com um sentimento de grande estupefação que na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia 27/02/2020, assistiu ao Presidente deste órgão a propor a existência de uma eventual banalização dos votos de louvor apresentados pela bancada do Partido Socialista, relativos à obra de Regina Pessoa e ao prémio conseguido pelo cientista, Gonçalo Castelo Branco. Acrescentou que, pior mesmo, foi a votação relativa ao voto de pesar atribuído a Joaquim Pina Moura, que tal como está na ata daquela sessão, foi de 7 votos a favor, 23 contra e 2 abstenções. Assim, partindo do pressuposto o carácter humanista em que se identificam com aquelas propostas e aquelas intervenções, principalmente as de pesar, afirmou que a bancada do Partido Socialista exige ser esclarecida acerca das motivações que sustentaram aquelas votações, ou seja, saber se no presente órgão aquelas ações são suprapartidárias ou se são norteadas por valores ideológicos que, na ótica da sua bancada, nada tem a ver com o conteúdo das propostas apresentadas, solicitando, de seguida, a realização de uma reunião de modo a esclarecer aquele assunto, pois jamais permitirão e pactuarão com a eventual suplantação de valores humanistas por qualquer bandeira de uma organização política, seja ela qual for e independentemente da força local que considere ter. Passando de seguida a outro assunto, nomeadamente, à época balnear nas condições extraordinárias impostas pela pandemia, afirmou que a sua bancada concorda em parte com a Presidente da Câmara Municipal, quando afirma que as responsabilidades do sucesso do verão é dos banhistas, no entanto, também

concorda que não se pretende uma praia vigiada do ponto de vista do controlo policial, pois seria a edificação física de um controlo panótico dantesco. Assim, apesar de também acreditar no espírito de sacrifício do cidadão comum, que é e tem sido imperioso nesta época pandémica, considera que a existência de uma vigilância das autoridades e uma estratégia do poder local, mais atenta do que o normal será essencial para que se obtenha uma maior taxa de sucesso. Nesse sentido, colocou, em nome da sua bancada, as seguintes questões: - Como será controlada a lotação da Praia e o distanciamento social, não só na praia, mas também nas zonas de restauração, nomeadamente, nos serviços de esplanada? Existe alguma campanha para além dos depoimentos, das entrevistas dadas pela Presidente e das campanhas presentes nos meios dos serviços públicos nacionais, específica para alertar os banhistas das praias da nossa terra, para esta situação em concreto? Considerando que uma comunicação local é essencial, qual será o papel da Câmara Municipal de Cantanhede e das freguesias nos pontos turísticos do concelho, de modo a que se cumpra com as diretrizes vindas do poder central e das autoridades de saúde? Recordou, de seguida, o recente despacho do Gabinete do Ministro da Educação e de Coesão Territorial, relativo à decisão de retirada do amianto dos equipamentos escolares, referindo que, no caso de Cantanhede, será retirado o amianto da escola básica de Febres e da escola básica e secundária, João Garcia Bacelar, na Tocha. Acrescentou que, para a sua bancada, trata-se de uma situação já identificada e alertada inúmeras vezes, principalmente no mandato anterior, tendo na altura sido reconhecida a existência daquele tipo de estruturas e sentido um certo menosprezar da existência daquele material, referindo então o Presidente João Moura que o perigo só existia quando era retirado. Referiu ainda que, infelizmente, a tempestade Leslie e a destruição provocada em alguns espaços públicos, veio mostrar a sustentação dos

alertas dados pela bancada do P.S. naquela altura, sendo assim com grande satisfação que acolhem aquela decisão do Governo, estando todos de parabéns. Finalmente, referiu-se ao facto de muitas pessoas colocarem as máscaras no chão, o que considera uma falta de civismo e sugeriu que a Câmara colocasse mais pontos de recolha deste tipo de detritos pela cidade.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual, relativamente ao comentário efetuado sobre a atribuição dos Votos de Louvores, referiu ser uma opinião pessoal e não do Presidente da Assembleia Municipal, porque o Presidente da Assembleia Municipal só tem de mandar os Votos de Louvor apresentados para a Assembleia. Esclareceu, de seguida que, o que quis dizer quando fez a sua intervenção sobre o que poderia ser a banalização daquele tipo de expediente, era que não se trata das pessoas, trata-se muitas vezes da existência de uma fundamentação, tendo apelado a que a fundamentação fosse substantiva no sentido do voto de louvor vir acompanhado de um currículo e dos factos que notabilizaram a pessoa em causa. Acrescentou que se poderia fazer uma reunião sobre o assunto, mas que não acha que seja necessário, porque o assunto pode e deve ser discutido na Assembleia, não na presente sessão, mas possivelmente, numa futura sessão.---

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou ser com grande satisfação que vê que estão todos de saúde e teceu algumas considerações acerca do desencadear da pandemia terrível que assolou o mundo e que, decerto, ensinou a todos a alterar algum tipo de comportamentos. Acrescentou que, nesta altura, mesmo em termos de comportamentos políticos, poderão estar em desacordo sobre alguns temas, mas que neste momento, devem estar num contexto de união, no sentido de unir esforços para

ultrapassar a situação que se vive no país e no concelho de Cantanhede. Recordou, de seguida que, conforme já foi referido, de manhã, foi depositada uma coroa de flores pelo grande amigo, Carlos Negrão e saudou todos os que puderam estar presentes. Relativamente às questões anteriormente colocadas, respondeu da seguinte forma: - Relativamente à sinalização, concordou que efetivamente existem algumas questões que não estão bem porque vai haver intervenção em algumas artérias da cidade. No entanto, caso se tratem de questões mais técnicas que dizem respeito a passeadeiras que estão, ou em cima do cruzamento, ou que batem em rotundas, caso se verificar que possa haver algum erro em algo que já esteja a ser implementado e que não foi detetado, agradeceu que fosse comunicado para ser analisado de forma mais particular; - Relativamente à questão sobre a ciclovia, informou que ainda não está terminada, faltando as pinturas no chão que são necessárias, no entanto, prometeu que iria analisar de forma mais particular a questão colocada relativa à sinalização vertical; - Relativamente ao WC do Parque de São Mateus, confirmou que o mesmo tem sido alvo de vários atos de vandalismo, mas no caso concreto não estava fechado por essa causa. Esclareceu, de seguida, que foram encerradas todas as casas de banho públicas devido à questão da Covid-19. Acrescentou que, no momento, os serviços já têm indicação para as reabrir todas a partir de 1 de julho, o que irá exigir um esforço acrescido do ponto de vista da higiene, nomeadamente, nas instalações da Praia da Tocha; - Relativamente às escolas, informou que o Sr. Vice-Presidente daria de seguida alguma informação mais detalhada, contudo, referiu que, no que respeita a alimentação, todos os pedidos que chegaram foram acautelados, tendo sido solicitada informação não só às escolas, como às Juntas de Freguesia e a particulares que tinham conhecimento daquele tipo de problema, e além da refeição normal foram reforçados os cabazes para as famílias, para além das famílias das crianças que já

tinham escalão; - Relativamente à questão do sinal da Internet em Cadima e noutras freguesias, nomeadamente, devido à sua necessidade trazida pela pandemia, recordou que, como já tinha referido numa anterior sessão, já efetuou uma reunião com a Altice e já recebeu vários contactos telefónicos que transmitiam que a percentagem de cobertura do concelho de Cantanhede é superior à média nacional. No entanto, reforçou que vai continuar a lutar pela melhoria daquele serviço. Informou ainda que, na próxima quinta-feira o Município irá assinar um protocolo com Altice, sem implicações financeiras e apenas relativo à questão de coordenação entre a Altice e o Município, sendo que aquela empresa pretende, no prazo máximo de 18 meses, fazer a expansão da fibra ótica no concelho até atingir 95% do número de fogos; - Relativamente à doação dos computadores concordou ter sido um ato de grande generosidade e recordou que, conforme foi diversas vezes transmitido pela comunicação social, houve gestos de grande solidariedade com o Município e com as Juntas de Freguesia, não só de empresas, como de particulares e que abrangeram desde computadores a alimentos, desde máscaras a fatos; - Relativamente à qualidade da água, chamou a atenção para uma situação de descargas de água na zona da Taboeira, que por sinal, não provinha de nenhuma instituição, mas sim de um madeireiro que andava a trabalhar com uma máquina e rebentou uma conduta que a ADCL já está a reparar; - Relativamente aos Olhos da Fervença, informou que o espaço está a ser intervencionado, mas existe um plano muito maior, que a seu tempo virá à Assembleia. Acrescentou tratar-se de um projeto de grande qualidade que está a ser elaborado com base no alargamento de toda a área, não só em terrenos ainda pertencentes à freguesia de Cadima, mas também em terrenos também da freguesia da Sanguinheira, uma vez que está ali a fronteira entre as duas freguesias; - Relativamente às obras junto ao campo e à deslocação da escultura, informou que,

por um lado, encontrava-se num local no qual não era muito perceptível, por outro lado, o local em causa não deveria ter uma escultura de grandes dimensões. Acrescentou que, pelo facto de ser denominada "um Poema à Vida", considerou-se que seria interessante recolocar aquele mesmo poema junto dos Bombeiros Voluntários, junto às escolas e junto à G.N.R. Informou ainda que a proteção naquela zona ainda não está terminada e que só abriram a estrada porque era mais facilitador para as pessoas que circulam, uma vez que, no momento, pode-se facilmente circular, porque os treinos e os jogos ainda não começaram. Acrescentou que já está projetado e decidida, a colocação de uma rede com 7 metros, de forma que haja proteção das bolas que possam saltar do campo; - Relativamente às árvores, recordou que com as mesmas seria impossível fazer a estrada e ainda que, conforme já referiu em outras ocasiões, algumas das árvores que lá estavam eram árvores que estavam doentes. Acrescentou que já foram colocadas algumas árvores no passeio, estando projetadas a colocação de outras do lado da G.N.R.; - Relativamente à época balnear e do seu controlo, informou que todas as decisões para as praias marítimas e para as praias fluviais, foram decididas em reuniões frequentes com a Comissão Municipal de Proteção Civil, o Capitão do Porto da Figueira, a G.N.R, os Bombeiros, e ainda com a APA e a ARH que definiram o número de banhistas por área. Acrescentou que, no caso da Praia da Tocha foram definidas 8000 pessoas para o areal, que será controlado pelos nadadores-salvadores, os quais serão pagos pelo Município, mesmo os nadadores-salvadores dos concessionários. Informou ainda que haverá um assistente de praia, que coordenará todos os nadadores-salvadores, e que irá, ele próprio, constantemente fazer o controlo do número de pessoas presentes. Referiu ainda que serão hasteadas nos mastros onde já estão as outras bandeiras, bandeiras fornecidas pela APA, amarela, vermelha ou verde, de acordo com a utilização da praia

e que a Capitania do Porto da Figueira colocou uma *Pick Up* na Praia da Tocha, de forma a fazer o controlo daquela linha de praia, bem como da Praia do Palheiro, uma vez que não é uma zona vigiada. Informou também que o Município aumentou, sempre que havia essa possibilidade, sem taxas adicionais, a área das esplanadas para que os empresários que foram prejudicados, possam tentar implementar dentro das medidas corretas e seguras a sua atividade, não só para ir ao encontro das necessidades dos banhistas, mas também para ir ao encontro do próprio desenvolvimento comercial. Recordou assim ter afirmado que todos têm de ser responsáveis pelas suas atitudes, mas também que não quer, nem o capitão da GNR quer um policiamento da praia, pois todos devem ser responsáveis e chamar a atenção se houver alguma incorreção. Informou ainda que, nas praias fluviais e na praia marítima, há circuitos definidos, os passadiços de entrada e de saída foram aumentados de forma a não haver a conjugação das duas passagens e os passeios foram pintados nesses mesmos circuitos, existem vários *outdoors* à entrada dos parques de estacionamento e das zonas por onde as pessoas se dirigem ao areal, para além do que foi divulgado nas redes sociais, que demonstram como deve ser feito o distanciamento entre chapéus e o que devem fazer em termos dos procedimentos; - Relativamente ao amianto, informou que, posteriormente, o Sr. Secretário de Estado solicitou o envio para o Ministério de uma listagem dos equipamentos de educação existentes no concelho com amianto, tendo sido informado que, ao nível dos equipamentos municipais não havia nenhum, apenas havia equipamentos com amianto da responsabilidade do Governo, nomeadamente, a Secundária de Cantanhede, Febres e Tocha. Informou ainda que o Sr. Secretário de Estado também questionou se a Câmara estava disposta a assumir a obra, uma vez que ela era comparticipada por fundos europeus, tendo sido respondido que sim.

Acrescentou que o Município já fez o levantamento e que pretende que a obra decorra até ao final do corrente ano; - Finalmente, relativamente à sugestão das máscaras colocadas no chão, já foram localizadas as áreas onde isso acontece e informou que, nas IPSS por exemplo, todo o material necessário para a realização de testes, é isolado, colocado em sacos especiais e é enviado para os locais indicados para serem incinerados; -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu de seguida a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente à questão colocada sobre a dimensão social da questão da educação, nomeadamente, à forma como os alunos, quer do pré-escolar, do primeiro ciclo, segundo, terceiro e secundária tiveram respostas sociais, quer ao nível das refeições, quer ao nível da possibilidade de terem equipamentos para terem aulas em casa e, em complemento à informação prestada pela Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou que, desde o primeiro momento, houve todo um trabalho concertado entre o Município e os Agrupamentos de Escola. Recordou ser apanágio daquelas entidades fazerem um trabalho concertado, em rede, quer numa perspetiva de rentabilização de esforços, quer de otimização de recursos, pelo que todos os alunos que foram sinalizados pelos Agrupamentos de Escolas ou pelas famílias tiveram resposta, numa fase inicial com refeição propriamente dita, e depois através de cabazes, medida implementada em articulação com o Ministério da Educação. Acrescentou que o Município irá dar continuidade às refeições escolares apesar da escola já ter terminado, porque se sabe que há situações que continuam a carecer de apoio. Relativamente às respostas em termos de condições para terem aulas em casa, informou que também houve concertação com os Agrupamentos de Escolas, tendo havido uma rentabilização dos equipamentos existentes nas escolas, seja de

computadores, seja de *tablets*. Informou ainda que a situação mais crítica era a necessidade de adquirir *routers* e cartões de acesso móvel à Internet com tráfego que permitissem aos alunos acederem da melhor forma a essas aulas via digital, sendo que esse processo continua muito dinâmico, à medida que vão surgindo algumas solicitações de resposta imediata, mas sempre na perspetiva de igualdade de oportunidades e de justiça social, assegurando condições aos alunos desfavorecidos social e economicamente. Informou ainda que, no momento, há preocupação com a falta de indicações do próprio Ministério e da tutela relativamente à questão do novo início do ano escolar, porque se até agora se conseguiu encontrar respostas, tentando minimizar o que a pandemia trouxe, o facto é que o próximo ano letivo deveria ser preparado já de outra forma. Acrescentou que a ausência de indicações preocupa imenso, pois faltam pouco menos de dois meses para iniciar o novo ano letivo, começando a chegar agora algumas indicações, mas o Município tenta já antecipar os problemas, estando através da CIM atento a candidaturas e, de uma forma especial, à espera dos vários milhões, que existiriam para adquirir computadores mas que, até agora ainda não chegaram.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, dando continuidade à questão relacionada com a resposta que a Sr.ª Presidente deu relativamente à casa de banho do Parque de São Mateus, recordou não ser um problema atual, nem o equipamento estar fechado tem nada a ver com a pandemia, pois é um problema que já existe há anos. Acrescentou que, já por várias vezes referiu essa questão e que as respostas têm sido variadíssimas, desde vandalismo até à eventual necessidade de um funcionário para lá estar, para o qual não havia orçamento, justificações com as quais afirmou não discordar. Recordou ainda que, na altura, até sugeriu um modelo semelhante ao que existe no Parque da Mealhada, com

a colocação de uma zona de restauração, da qual o explorador teria a incumbência de zelar por aqueles espaços. Referiu que, para um Parque com a qualidade e a afluência que tem a qualquer hora a partir das 8h / 9h da manhã e que ao fim de semana aumenta ainda mais de uma forma exponencial, considera ser inaceitável que não tenha uma casa de banho para servir as crianças, os idosos e outras pessoas que utilizaram aquele espaço, não só para o desporto, mas também para o lazer. Relativamente à questão das praias agradeceu a resposta e esclareceu que a sua dúvida prende-se mesmo com a questão de cruzamento de dados pelas pessoas responsáveis que foram indicadas, no que concerne à questão da lotação, nomeadamente, saber como é que a lotação vai ser controlada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu também a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, efetuou a seguinte intervenção: *"Esta minha intervenção é para realçar um dos pilares identitários e mais uma maravilha da Freguesia de Ançã, que não deixa de ser também do Concelho e comum a outras freguesias que partilham este privilégio. Falo obviamente da obra em pedra de Ançã. A envolvente geográfica da Pedra de Ançã compreende uma mancha cartografada de rochas calcárias superior existente entre as localidades de Ançã, Portunhos, Pena e Outil. Apesar da relativa extensão geográfica desta área, a maior parte das primitivas pedreiras e as utilizadas para fins mais "artísticos" estariam localizadas em torno do vale da ribeira de Ançã e seus tributários. Pedra de Ançã é o material de construção por excelência dos monumentos portugueses. Com ela esculpam-se joias do que hoje é feito grande parte do nosso património da humanidade. "Pedra de Ançã". Este termo designa um tipo de calcário muito puro e macio, de tom esbranquiçado, explorado na região de Ançã, em unidades jurássicas do anticlinal de Cantanhede que tanto deleitou arquitetos e escultores pela*

facilidade em se moldar ao sabor do cinzel, permitindo a feitura quase miraculosa de obras com grande esmero e detalhe. A abundância e qualidade da Pedra de Ançã atraiu a Coimbra, escola de saberes, grandes escultores que ali produziram obras notáveis de construção, estatuária religiosa e tumular portuguesa. Entre estes, contam-se: Mestre Pero que esculpiu o túmulo da Rainha Santa Isabel, para além de várias Nossas Senhoras do Ó, entre as quais as existentes em Santiago de Compostela e a Corunha; Gil Eanes, autor do portal do Mosteiro da Batalha; João Afonso escultor do túmulo de Afonso de Góis na Igreja Matriz de Góis; Diogo Pires, o Moço, e Diogo Pires, o Velho, autores de estatuária diversa espalhada pelo país; Nicolau de Chanterene, autor dos túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I de Portugal e do portal da Igreja de Santa Cruz de Coimbra; João de Ruão, autor da Porta Especiosa e do altar da Capela do Santíssimo Sacramento da Sé Velha de Coimbra e do púlpito da Igreja de Santa Cruz daquela cidade. Para além destas, muitas outras obras estão espalhadas pela região de Coimbra. Neste espaço singular e multifacetado o elemento histórico-decorativo está omnipresente através de registos de notável perfeição artística. Nestes locais conservam-se alguns dos principais legados escultóricos de Portugal, testemunhos marcantes de mestres canteiros e de oficinas artísticas que escolheram a "Pedra de Ançã", para difundirem a sua obra e o seu estilo, com grande qualidade estética e de execução. Mas não foi apenas esta região a ser beneficiada. Estes tesouros estão espalhados por todos os concelhos deste país. A Capela da Santíssima Trindade na Quinta da Regaleira em Sintra (parte exterior da capela), Igreja da Misericórdia em Aveiro (parte escultória exterior), Sé de Viseu (retábulo e letreiros), Mosteiro de S.ta Maria de Arouca (estatuária), Palácio Nacional de Queluz (balaustradas), Estação de São Bento (escultura), bem como em brasões, monumentos tumulares, retábulos e estatuária de

inúmeras igrejas por todo o país, encontrando-se ainda representada em alguns monumentos espalhados pelo estrangeiro. Segundo Mário Nunes, nas Jornadas da Pedra de Ançã, em outubro 1989: "Esculturas nascidas de pedra que os homens transformaram. E, contámos de repente: Tabuaço, Alfaiates, Santarém, Coimbra. Santar. Porto, Guarda, Espinhal, Podentes, Pombalinho, Pedrógão, Lisboa, Portel, Évora, Funchal, Arouca, Castelo de Vide, Estremoz, Vila Flor, Coja, Santiago de Compostela, Jerusalém, Roma, Brasil, Japão, Goa, Guiné, Angola, Macau, etc, etc..."

Esta arte evidenciou a importância da "Pedra de Ançã" na economia regional e nacional e na arte portuguesa nos primeiros séculos da nacionalidade. A indústria e comércio da arte que permitia a Pedra de Ançã fez com que a região se tivesse expandido e enriquecido, o que pode justificar o crescimento demográfico do concelho de Cantanhede até 1960, seguido de um decréscimo até aos dias de hoje. Apesar de alguma exploração residual para esculturas, após o século XIX, a exploração desta pedra tem servido essencialmente para outro tipo de arte, adornando prédios e edifícios com a nobre cantaria, colunas, calçada e outros elementos decorativos. Esta é sem dúvida uma candidatura que para além de ser de Ançã, é também do Concelho de Cantanhede. Como já é sabido, até esta fase a seleção é feita por painel de especialistas, sendo que daqui para a frente é por votação. A Vitória está garantida. Já por duas tardes de Domingo, em horário nobre da televisão, a Pedra de Ançã esteve em destaque em todo o país e fora dele, para além da final distrital que será no dia 22 de julho durante todo o dia, onde será em horário nobre feita referência a esta Pedra, a esta Vila e ao Concelho. A votação iniciou ontem e o número é o 760 207 785. Apela-se à participação de todos. Relativamente ao "Galardão Qualidade de Ouro 2020", estranho que a piscina natural de Ançã não faça parte das praias distinguidas pela qualidade de água. Em primeiro porque a piscina de Ançã é

água corrente, servida unicamente pela nascente de Ançã, água potável, e por isso com melhores condições de qualidade que em outras praias fluviais onde a água é parada. Para além disso a piscina é vazada e limpa pela Junta de Freguesia de 15 em 15 dias e cheia de novo com água da nascente. Soubemos há pouco tempo que pelo menos o ano passado, durante as obras da piscina de Ançã, em que estava fechada sem água, que foi recolhida água no cano que desvia as águas que vêm da Vala, supostamente para análise, quando essa água nunca entra na piscina. Solicitava ao Município todo o apoio para clarificar a situação junto dos organismos oficiais e retificar a mesma, com as legais consequências, com a agravante que o galardão implica água com qualidade de excelência nos últimos 5 anos. É de elementar justiça e de valor para a Freguesia e Concelho a inclusão desta piscina natural na distinção da sua qualidade de água.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, teceu algumas considerações acerca do que foi o sentimento de viver em Cantanhede no período de desconfinamento. Assim, acerca da ciclovía, considerando que de facto, pode ser melhorada, referiu que a mesma tem tido uma grande adesão por parte de toda a população de Cantanhede, da cidade e do concelho e acredita que ficou pronta na altura certa. Afirmou ter tido o prazer de ouvir que o Parque Verde estava a ser muito frequentado e recordou que, nesta Assembleia, o Partido Socialista já por várias vezes disse que as pessoas não o frequentavam porque as árvores eram pequenas, por isto ou, por aquilo. A verdade é que, hoje o Parque Verde é uma infraestrutura do Município, de grande valia e de grande utilidade onde as pessoas se sentem bem, sobre tudo numa altura em que procuram estar mais tempo ao ar livre. Afirmou existir assim, um conjunto de hábitos que estão a ser muito notados, nomeadamente, a

prática de ciclismo, pois tem-se notado um aumento de bicicletas e de ciclistas e as empresas com esse ramo de negócios tem aumentado o volume das suas vendas. Assim, considerou que este período de pandemia foi a altura adequada pois fomentou mais a utilização desse tipo de veículos não motorizados e muito mais amigos do ambiente, sendo a cidade plana e muito agradável para quem a visita. Recordou também os galardões atribuídos à Praia da Tocha e que são o resultado de políticas ambientais de vários executivos pelas boas práticas, pela preservação do ambiente e pelo desenvolvimento e criação de infraestruturas e equipamentos do Município. Concluiu afirmando que, apesar da pandemia ser um período terrível, as pessoas sentiram-se bem em Cantanhede, dentro do possível, utilizando infraestruturas e equipamentos que o Município pôs à sua disposição, ao contrário do que aconteceu em outras localidades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra à Sr.^a Ana Margarida Maia, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, enalteceu o esforço acrescido de todos os munícipes que de forma individual ou coletiva colaboraram de forma consciente, responsável e espontânea no cumprimento das normas da D.G.S., num esforço individual em prol do benefício coletivo neste tempo inusitado que trouxe a pandemia causada pela Covid19, cumprindo exemplarmente o dever cívico de travar ou, pelo menos de minimizar, o impacto daquela doença. Acrescentou que esse esforço significou, muitas vezes, um enorme sacrifício pessoal, presente no excesso de trabalho, no afastamento da família e amigos, no isolamento, na perda de rendimentos, encerramento de empresas, organizações e estabelecimentos, na preocupação das empresas em manter os postos de trabalho, apesar dos tempos de adversidade e incerteza. Acrescentou que, ninguém se pode esquecer que os portugueses em geral e os Cantanhedenses em particular, e com



especial ênfase, os profissionais de saúde, que deram um exemplo de determinação, resiliência, coragem e abnegação, abdicaram do interesse individual em prol do bem-estar coletivo. Relativamente à candidatura da Pedra de Ançã, questionou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso se a mesma foi partilhada com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, uma vez que a pedra de Ançã, apesar de ter o nome "de Ançã", também é explorada em Portunhos e Outil.-----

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murteide, Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por cumprimentar e dar as boas-vindas ao Sr. José Santos, na qualidade de Vereador da Câmara Municipal e ao Sr. Gonçalo Magalhães que mantém a qualidade de Vereador, mas com funções de cariz diferente. Agradeceu, de seguida, ao Executivo pela homenagem feita na presente data ao Sr. Carlos Negrão, pelo acontecimento marcante para todos os presentes e pelo grande papel cívico e comunitário que teve no desenvolvimento e nas posições políticas que foi assumindo. Relativamente a algumas questões colocadas sobre os votos de pesar pelo Sr. Luis Pato, referiu que, naturalmente, as bancadas ou os seus elementos se associam ou não se associam, dando logo uma ideia do que possa ser a posição de cada bancada. Recordou que os votos de louvor e de pesar são votados de forma secreta, pelo que o Sr. Luís Pato estará a presumir que sabe como votaram os elementos da sua bancada e sabe como votaram os elementos das demais bancadas. Conforme já teve oportunidade de dizer, na reunião da bancada do PSD realizada antes daquela sessão, a votação não foi consensual, pelo que a bancada não assumiu uma posição. Relativamente à questão do amianto, referiu ser uma questão preocupante várias vezes abordada pela bancada do PS mas partilhada também

várias vezes pela bancada do PSD, sobretudo na questão das escolas por se tratarem de espaços frequentados por crianças e que possam lá ter um produto que foi proibido desde 2005. Recordou, de seguida que a Câmara já retirou o amianto dos seus equipamentos municipais e, que, efetivamente, o amianto é perigoso no local, mas é tanto mais perigoso nas suas operações de remoção, se não forem devidamente acautelados todos os cuidados no sentido de garantir que não há libertação de partículas para o ambiente. Considerou, de seguida que, talvez por isso, houve a cortesia de ligar à Sr.^a Presidente da Câmara e que a Sr.^a Ministra da Coesão Territorial fez questão de dizer que os Presidentes de Câmara que vão ser sempre os donos da obra, independentemente das escolas serem de gestão autárquica ou do Ministério da Educação, assim, se houver problemas serão da Câmara. Relativamente à doença Covid 19, informou que, tal como a bancada do PS, a bancada do PSD não pode deixar de lamentar as vítimas registadas até à data no concelho, tal como não pode deixar de registar com pesar todos os que estiveram doentes e que estiveram confinados. Acrescentou que, apesar de se terem referido à pandemia no passado, teme que a deveriam usar no presente porque ninguém sabe o que vai acontecer daqui para a frente, nem sabe se já está ultrapassada, parecendo-lhe que ainda não. Deu também uma palavra de muito apreço para todos os que têm estado na linha da frente e que, em momento algum, deixaram de trabalhar em prol da comunidade, com especial enfoque nos profissionais de saúde, mas também para outros profissionais que não deixaram de dar o seu contributo à comunidade, nomeadamente, os agentes de segurança, os elementos das IPSS's, as redes de apoio social, os agentes da proteção civil, os fornecedores e comércio de bens essenciais. Concluiu que, dentro do esforço coletivo que de todos tem sido exigido, o papel daqueles agentes revelou-se de uma importância extrema e os mesmos souberam responder com eficácia, mas

resta saber durante quanto tempo. Relativamente à questão da Saúde no Concelho, de que já se tem por várias vezes falado, votado múltiplas moções e documentos, afirmou que, mais do que debates e votações precisam-se de soluções. Acrescentou que o Covid vem apenas colocar no país e no concelho, muitas das fragilidades que vinham sendo anunciadas e que na sua esmagadora maioria resultam de problemas estruturais ou de gestão. Durante anos, procuraram-se desculpas num ou noutro dirigente, nomeado por governos anteriores e que, atualmente, o Governo PS tutela ou nomeou os órgãos que gerem a saúde do concelho, o Ministério da Saúde, a ARS, a administração do Centro Hospitalar de Coimbra e a direção do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Assim, relativamente à consulta aberta, uma das crónicas fontes dos problemas na saúde do concelho que é de máxima importância, mas que não responde às necessidades, recordou que o protocolo estabelecido com a Câmara continua a não ser cumprido, continua a verificar-se a falta de médicos, a falta de meios complementares de diagnóstico e continua a não responder aos problemas da população, sobretudo como é o caso em situações de urgência ou de necessidade mais gravosa. E, nesse cenário já pouco animador, houve necessidade do seu encerramento pontual, porque os médicos escalados não se apresentaram ao serviço, segundo relatou a imprensa, tudo indicando que a partir de 1 de julho o horário de fim de semana vai ser reduzido para o período das 10h às 18h e nos dias úteis com encerramento às 20h, isto se não encerrar de vez. Acrescentou que, como efeitos colaterais desta diminuição gradual dos serviços, Cantanhede já há alguns anos perdeu uma farmácia de serviço permanente, dificultando-se assim o acesso da população a medicamentos e produtos de saúde. Outro efeito colateral, segundo dados que foram fornecidos, Cantanhede é o segundo município logo depois de Coimbra, que contribui com mais utentes para as urgências do CHUC, com toda a

sobrecarga que implica e todo o incómodo e despesa, tempo perdido, dificuldade assistencial que implica para os utentes de Cantanhede. Relativamente ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo afirmou parecer estar numa condição mais estável, sendo que o novo Conselho Diretivo tem demonstrado boa vontade na implementação de algumas melhorias, mas o Serviço de Urgência Básica, aspeto fundamental que pode resolver muitos dos problemas da saúde em Cantanhede continua a ser ainda uma miragem. Relativamente ao Rovisco Pais, informou que as obras continuam a meio gás e a A.R.S. continua a não assinar os protocolos para os postos de enfermagem, nem se vê qualquer sinal de reabertura das extensões de saúde encerradas. Referiu que a extensão do Bolho funciona com muitas limitações e que o serviço de limpeza e higienização das extensões de Murte de e de Sepins está a ser parcialmente garantido pelas respetivas Juntas de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal. Afirmou ainda que, as entidades que gerem a saúde no concelho, mais uma vez, foram incapazes de garantir a limpeza exterior do Centro de Saúde que foi executada pela União de Freguesias de Cantanhede e da Pocariça, assim como a desinfeção interior, tanto do Centro de Saúde, como do Hospital, que foi coordenada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Acrescentou ainda que, aos problemas de Cantanhede acrescem ainda outros problemas em Coimbra que afetam diretamente os utentes do Concelho, nomeadamente, o sucessivo adiamento da construção de estacionamento para os nossos utentes que se dirigem ao Centro Hospitalar de Coimbra, os atrasos na construção da nova maternidade e as tentativas de encerramento da urgência do Hospital dos Covões. Relativamente a este propósito e atendendo a que está previsto para breve o encerramento de vários serviços daquela unidade, questionou para onde serão encaminhados os doentes com sequelas de Covid e recordou que, não há muito tempo, foi apresentada uma moção nesta Assembleia que pugnava pela necessidade

de afirmar o S.N.S. e o acesso a cuidados de saúde, de afirmar a necessidade continuamente de introduzir melhorias na organização, da necessidade de manter a lógica de cobertura em redes de referênciação. Concluiu que, nunca como hoje, estas palavras fizeram tanto sentido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às questões abordadas, da seguinte forma: - Relativamente à questão das casas de banho do Parque, informou que tal como as restantes casas de banho públicas, todas estavam encerradas por causa da pandemia, no entanto, enquanto não se avançar para a construção de um eventual bar naquela zona, algo que está pensado desde a elaboração do projeto da quinta, será potenciado seu o controle e a sua limpeza; - Relativamente à candidatura às 7 Maravilhas, informou que havia várias possibilidades de candidaturas no concelho que tinham a ver com a cultura popular, no entanto acredita que vão, decerto, estar todos unidos para divulgar a pedra de Ançã porque tem a ver com o Município, com o país e com a qualidade projetada a nível internacional, demonstrando a riqueza que existe no concelho; - Relativamente à ciclovia e à sua utilização, informou que, apesar de já ser usada, ainda falta terminar alguns aspetos que não estão concluídos, estando a empreitada em fase de conclusão; - Relativamente à questão do esforço dos munícipes, concordou que, naturalmente, houve quem pudesse estar e ainda deva estar recolhido em teletrabalho, mas também houve quem tivesse que estar no terreno. Assim, concordou com tudo o que foi dito relativamente aos profissionais de saúde e recordou o papel incedível que tiveram as IPSS's do Concelho, que se mantiveram sempre em diálogo constante com as famílias, as Juntas de Freguesia, a G.N.R., os Bombeiros, a Proteção Civil e até mesmo com os funcionários quer da INOVA, quer da Câmara, que não dão o rosto e que tiveram que continuar a trabalhar,

para garantir o bem estar de quem está a trabalhar em casa; - Relativamente à questão da saúde no concelho, tema recorrente na Assembleia, informou que tem havido reuniões, praticamente todas as semanas, com a Comissão Municipal de Proteção Civil, onde tem assento não só a Câmara, como também o Coordenador Municipal, os Vereadores, a Segurança Social, o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Diretor do ACES, a Sr.ª Delegada de Saúde, a Sr.ª Presidente do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e o Sr. Capitão do Porto da Figueira da Foz. Acrescentou que, nessas reuniões, a questão da saúde foi falada várias vezes e que, por causa da questão do Covid, houve alteração do lugar da consulta aberta, porque onde funcionava a consulta aberta no hospital, passou a ser o Centro Covid. Informou ainda que, foram montados dois pavilhões equipados, um em Febres e o outro no Pavilhão do Clube de Futebol "Os Marialvas" para o caso de haver qualquer necessidade no âmbito do Covid-19. Também no Centro de Saúde foram colocadas umas tendas, para que na sequência dos testes da zangarona feitos através do *driving* lá realizados, se houvesse alguma situação, era acionada a Senhora Delegada de Saúde. Informou ainda que, no domingo foi contactada por um jornalista sendo questionada sobre o encerramento durante todo o domingo da consulta aberta pelo que contactou o Sr. Diretor do ACES. Este transmitiu-lhe que tinha havido um acordo entre os médicos das extensões de saúde, para fazerem a consulta aberta, tendo ficado escalado os médicos da USF - Marquês de Marialva para assegurarem o domingo, mas não apareceram. Acrescentou saber que houve reuniões sobre o assunto com a ARS do Centro, e que os médicos comunicaram que não iriam estar presentes, porque discordavam de qualquer coisa. Mais tarde recebeu um *mail* vindo do ACES, também enviado à Sr.ª Presidente da ARS, sobre "alargamento do horário" que dizia que a consulta aberta iria decorrer aos fins-de-semana e feriados das 10h às 18h e que iria ser feita pelos

médicos das USP e das USF. No entanto, o Sr. Diretor do ACES transmitiu-lhe o teor da reunião que tinha feito com as várias entidades, na qual também esteve o Dr. João Rodrigues, Vice-Presidente da ARS, para definir e transmitir verbalmente que a consulta aberta ia fechar. Como não era muito claro o *mail* que chegou à Câmara, foi de imediato solicitada uma reunião à ARS, na qual, para além dela própria, estiveram também presentes a Sr.ª Vereadora da Saúde, Enf.ª Célia Simões, o Sr. Vereador Arq.º Gonçalo Magalhães como independente e o Sr. Eng.º José Santos da bancada do PS. Nessa reunião, a Sr.ª Presidente da ARS referiu que não tinha interpretado o *mail* dessa forma, pelo que ela própria entrou em contato direto com o Dr. Carlos Ordens, que confirmou efetivamente a intenção de fechar a consulta aberta. Transmitiu ali mesmo a sua opinião, nomeadamente, que achou extraordinário como é que se avança com uma proposta daquelas passando por cima de protocolos que estão assumidos há anos, que foram definidos com o Ministro Correia de Campos, que foram assinados pelo Professor Regateiro, reiterados pelo Dr. João Pimentel, assinados pelo Presidente da Câmara, atual Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e que definem que o horário da consulta aberta é das 8h à meia-noite, em conjunto com os meios complementares de diagnóstico. Recordou, de seguida, que Cantanhede dá cobertura a cerca de 100.000 pessoas, não só de Cantanhede, mas também dos concelhos limítrofes, pelo que considerou inadmissível que se faça uma proposta daquelas, ficando o Concelho sem o mínimo de apoio. Recordou ainda que há cerca de um mês, foi transmitido que não havia condições para manter abertas as extensões de Saúde de Sepins, Bolho e Murtede, porque não havia gente suficiente para limpar, tendo os S.rs Presidentes de Junta e a Câmara concordado em avançar com a questão da limpeza, porque os valores que estavam em jogo eram muito superiores ao resto. Nessa mesma reunião, a Sr.ª Presidente da ARS Centro afirmou

não admitir que tal acontecesse, pelo que o Dr. Carlos Ordens teria que voltar a reunir, de forma a encontrarem uma outra solução. Informou também que o Executivos já reuniu com o HUC, tendo aquela entidade hospitalar demonstrado disponibilidade em fazer um acordo com o Hospital de Cantanhede, ao qual a Sr.^a Presidente do Hospital de Cantanhede pareceu estar recetiva. Assim, afirmou que se deve aguardar e finalmente recordou que, tem uma reunião pedida há mais de um ano à Sr.^a Ministra da Saúde.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, demonstrou o seu contentamento em verificar que todos estavam de boa saúde. Relativamente à intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, nomeadamente quanto à questão da consulta aberta, afirmou ter ficado incrédula quando soube que a mesma não tinha aberto, e, mas mais tarde, verificou que efetivamente era verdade. Confirmou, de seguida a veracidade da existência de um protocolo que, à data, foi assinado entre o Sr. Presidente da ARS, o Sr. Presidente da Câmara e o Ministro da Saúde, no qual está bem expresso que o próprio Protocolo só pode ser alterado com o acordo entre aquelas três partes. Assim, informou que a bancada do PS, relativamente àquela situação, está solidária com a Câmara, e não aceita, de forma nenhuma, a decisão de fechar a consulta aberta, porque é impensável que tal aconteça para os munícipes e porque existe um protocolo que não pode ser ultrapassado. Relativamente ao Hospital, afirmou concordar com a Sr.^a Presidente da Câmara, com o facto de existir uma grande oportunidade de se trabalhar em sintonia. Relativamente à questão do Hospital dos Covões, apesar de não estar na sessão na qualidade de membro do Conselho de Administração do hospital, informou que aquele hospital foi o hospital que, na época alta da pandemia, e no plano de contingência,

ficou com todos os seus serviços desativados e foi ativado para tratar a doença Covid. Informou que chegaram a lá estar 148 doentes internados, mais 10 doentes que chegaram a estar na medicina intensiva, mas que, naturalmente, entretanto a situação acalmou e os hospitais têm de começar a retomar os seus serviços, porque existe muito mais para além da doença Covid. Assim, começaram a reativar os serviços um a um, mas antes, as instalações tiveram de ser desinfetadas e todos os profissionais tiveram que ser testados, porque os profissionais estiveram todos em contacto com doentes positivos. Explicou que, como todos esses procedimentos levaram mais de uma semana, as pessoas viram os serviços fechados e acharam que o Hospital ia fechar. Como é evidente, o Hospital não fechou e, no momento, todos os serviços estão praticamente reativados, faltando apenas reativar um serviço que está em obras. Informou ainda que, o Serviço de Medicina Intensiva, continua a ser dedicado à doença Covid, estando referenciado a nível regional, mas apesar de ter 10 camas, só lá tem um doente. Relativamente à urgência do Hospital, informou que está a funcionar, no momento, nos mesmos moldes que funcionava anteriormente, aliás, 24 horas, para responder ao contexto Covid.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual, a pedido do Sr. Presidente da Junta de freguesia da Sanguinheira, Euclides Vinagreiro, procedeu à leitura do seguinte texto: *"Antes de mais na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, da senhora Presidente da Câmara, cumprimentar todos e faço votos que estejam bem. Quero referir a grande perda para a nossa freguesia com a partida do Manuel Augusto de Almeida Santos, fundador da Freguesia, sócio fundador do Centro Social, fundador do Grupo Coral. Exerceu muitas outras funções, na Igreja, em muitas outras que exerceu na freguesia, sempre com entusiasmo e dedicação. Foi também Deputado Municipal e agradeço tudo o que fez pela nossa comunidade que*

muito lhe deve. Será no momento oportuno homenageado como bem merece. Agradeço todo o apoio que a Câmara Municipal nos deu neste momento difícil. Obrigado. Euclides Vinagreiro." De seguida, retomando o assunto da saúde, referiu que a região é servida pelos Hospitais da Universidade de Coimbra, que congrega vários hospitais e que, ao longo destes últimos tempos, tem-se visto uma grande divergência entre o que pode os Hospitais da Universidade de Coimbra, na sua capacidade de gestão e de decisão e o que tem sido o Hospital dos Covões. Acrescentou que se tem assistido a uma desqualificação daquele hospital, mas também se tem verificado que, quer a Câmara de Coimbra, como também as Câmaras da CIM - Região de Coimbra, que no fundo são servidas por aquele hospital, estão contra uma eventual decisão de desqualificação do mesmo. Referiu ainda que, o que se vai passando em Coimbra há tantos anos, é que, os decisores políticos nomeados, seja na ARS seja nos Hospitais da Universidade, quando questionados remetem sempre para outra entidade, demonstrando uma total desresponsabilização, e, acima de tudo, uma não decisão. Referiu-se também à questão da maternidade, onde mais uma vez, existem decisões/opiniões que são contraditórias, uma vez que a Câmara Municipal de Coimbra e o seu Presidente opõem-se frontalmente que a maternidade seja colocada nos Hospitais da Universidade, com o argumento que "já estão congestionados", quando ao lado existe o Hospital dos Covões que podia receber a maternidade. Considerou assim que, se vai assistindo à incapacidade dos poderes políticos se conseguirem concertar, não conseguirem discutir, mas no final chegarem a uma conclusão para que perante a tutela haja uma opinião e haja uma força que tem que existir quando se apresentam aqueles projetos e se espera financiamento. Relativamente ao Hospital Rovisco Pais, hospital de referência para a zona centro da Medicina Física e Reabilitação, informou que, as obras daquele edifício cofinanciadas

por fundos comunitários, finalmente, já começaram. Relativamente ao Hospital de Cantanhede informou ter lido numa nota de imprensa sobre a visita do Delegado da Ordem dos Médicos do Centro, a declaração da Presidente do Conselho de Administração de que o hospital serve 100.000 habitantes e que poderia haver uma intenção de integração nos CHUC. No entanto, acredita que a relação de proximidade que continuar a existir, o que significa que há um conjunto de valências que existia no hospital que têm de continuar a existir. Recordou que, à época, discutiu o assunto à porta fechada com pessoas que entendiam que uma eventual integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo nos CHUC, poderia significar uma unidade de retaguarda ao nível, por exemplo, dos cuidados paliativos que já hoje é, mas que significará a perda das outras valências para ser uma unidade de retaguarda para a convergência, para os cuidados paliativos, o que era impensável. Acrescentou que, na época se opôs frontalmente, porque se se defende que o Hospital de Cantanhede tem uma função na região sub-regional e que tem que ter estas valências todas, uma eventual integração nos CHUC, poderia significar desvirtuar a função daquele hospital. Assim, afirmou ficar agradado com a posição da bancada do P.S. porque estão em sintonia, porque no fundo, todos servem a população e querem o mesmo, mas o poder político apesar de ter uma capacidade de intervenção, infelizmente, não é ouvido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ricardo Almeida, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por demonstrar o apreço da Coligação Democrática Unitária (CDU) e da sua bancada pela bela homenagem que a Câmara fez na presente data, pelo que aconteceu há um ano atrás e deixou mais pobres, tanto o Partido Comunista Português em Cantanhede como a Assembleia Municipal de Cantanhede. De seguida, em relação à pandemia, demonstrou o agrado da sua bancada e felicitou o Município pela forma, muito capaz

e competente, como respondeu e continua a responder à situação, perante a dimensão do desafio colocado. Referiu que, de acordo com a discussão anterior, ficou bem clara a precariedade em que se vive no concelho, ao nível da saúde, das infraestruturas, dos bens materiais e da quantidade de profissionais de saúde. Acrescentou que, há anos que o assunto é discutido, mas a precariedade muito intensa também é sentida nos empregos dos munícipes, na questão dos rendimentos e nos direitos, nas condições de vida, nas condições materiais dos cidadãos, seja no acesso aos meios técnicos da informação, seja nas condições de habitação, no acesso e na disponibilidade de bens alimentares básicos. Referiu ainda que, no Concelho, as IPSS's foram, nos últimos três meses, muito importantes e continuarão a ser certamente, enquanto não houver vacina para a Covid19, ficando bem, por um lado a precariedade geral existente e depois, a importância daqueles trabalhadores que tem sido muito desvalorizada. De seguida, procedeu à leitura de um texto, respeitante ao Campo de Ténis e de Padel de Cantanhede, que enviou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, do seguinte teor: *"Na sequência da queixa enviada via e-mail da nossa concidadã, que está respondido que não é nossa concidadã, que aqui junto seguida, sobre problemas na filiação do Clube Escola de Ténis de Cantanhede, a segunda queixa do género que nos fazem chegar em poucos meses, venho pedir para colocar as seguintes perguntas quanto a isto. 1) Na página online da Câmara, o único documento disponível na área do desporto é o regulamento de utilização dos equipamentos desportivos no concelho, mas com a data de 10/05/2000. Como é possível aceder ao protocolo de cedência e utilização de equipamento desportivo, em concreto do Campo de Ténis e Padel celebrado entre o Município e o Clube Escola Ténis de Cantanhede? 2) Esta é a segunda situação exposta por uma concidadã ou cidadã à Assembleia Municipal, o que se apurou com*

as diligências do Senhor Vereador Adérito Machado que ficaram definidas em Assembleia Municipal passada para responder à primeira queixa apresentada nesta reunião? 3) Perante estas duas denúncias recentes da alegada discriminação numa infraestrutura de interesse público municipal, o que prevê fazer a Câmara Municipal e a Vereação do Desporto?" Finalmente, questionou, perante a presença da pandemia sobre quais as medidas de prevenção atuais e futuras que a Câmara Municipal e as freguesias têm previstas para o Município, seja qual for a sua evolução.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de novo, a palavra ao Sr. José Vieira, o qual deu os parabéns ao Sr. Vereador Pedro Cardoso pela resposta dada em relação às escolas. Referiu, de seguida, que o seu objetivo ao colocar aquela questão, era que se percebesse o bom trabalho de parceria que se fez entre as Escolas, a Câmara e os Professores naquela fase de pandemia, pois trata-se de um assunto que o preocupou e que o preocupa por ser professor mas que, sem dúvida, foi um trabalho bem realizado. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, afirmou que o mesmo poderá contar com o seu voto no que toca à candidatura da Pedra de Ançã, pois enaltece o concelho e, principalmente Ançã, terra da qual muito gosta. Em relação à ciclovia afirmou, perante as observações efetuadas por parte da bancada do PSD, que quando fala em situações ou preocupações ou alguma questão, fá-lo no direito democrático de questionar e não no sentido de destruir. Por isso, começou logo por dizer que a ciclovia era uma mais valia para o concelho e para a cidade, não tendo sequer efetuado qualquer crítica. Relativamente à questão da saúde, que tem acompanhado, informou ter participado em uma ou duas reuniões com a Sr.ª Presidente da Câmara e que continua a estar disponível para lutar pelos postos de enfermagens numa ação que deve ser conjunta, tal como referiu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Finalmente, informou ter conhecimento de um

Despacho, que prevê 500.000,00 € para apoiar os Centros de Recolha de Animais e de esterilização e sensibilização à população e considerou que seria de aproveitar o máximo possível, já que existem tantos animais abandonados pelo Concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Teresa Almeida, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou a Sr.^a Presidente da Câmara sobre se está programada a melhoria da via que liga Cantanhede a Arazede, ou seja, a via que faz ligação do concelho de Cantanhede ao concelho de Montemor-o-Velho.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual agradeceu as palavras do Sr. José Vieira e relativamente à questão levantada acerca do promotor da candidatura, esclareceu não se tratar da Pedra em si, nem do seu local de extração, mas sim da "arte em pedra de Ançã", de iniciativa livre e que poderia ter sido apresentada por qualquer pessoa ou entidade. Esclareceu, de seguida que, em dezembro foi anunciada a intenção daquela candidatura, tendo sido publicada nos jornais de referência locais (Diário de Coimbra e As Beiras), nomeadamente, eventuais candidaturas em associação com outras freguesias, com o Município de Cantanhede ou até mesmo municípios vizinhos, tal como Coimbra, local onde era trabalhada a pedra e onde está muita da riqueza da arte naquela pedra. Referiu de seguida que, colocar o centro da candidatura no seu promotor e não no objeto a valorizar, pareceu-lhe muito redutor e serviria outros fins diferentes dos que estavam em cima da mesa. Recordou ainda que a candidatura da "arte em Pedra de Ançã" às 7 Maravilhas da Cultura Popular foi enviada em 9 de maio e no mesmo dia foi enviado ofício à Câmara Municipal e à União das Freguesias de Portunhos e Outil dando nota da importância de valorizar aquele património, que acaba por ser comum, dando a conhecer aquela riqueza que, é e foi, a arte feita com a Pedra que as nossa

Freguesias tão bem souberam dar a favor da história e da cultura de Portugal. Acrescentou que, naquela candidatura foi referida a proveniência da pedra de Ançã, estando bem patente, com base documental no enorme acervo disponível para consulta sobre o tema que: *"A envolvente geográfica da Pedra de Ançã compreende uma mancha cartografada de rochas calcárias superior existente entre as localidades de Ançã, Portunhos, Pena e Outil, do Concelho de Cantanhede. Apesar da relativa extensão geográfica desta área, a maior parte das primitivas pedreiras e as utilizadas para fins mais "artísticos" estariam localizadas em torno do vale da ribeira de Ançã e seus tributários."* Finalmente referiu que, quanto à estrutura do programa, o mérito é chegar ao ponto onde a candidatura é avaliada por um painel de especialistas e que, a partir desse momento, a única coisa que vale é a votação e essa nem sempre espelha o valor dos candidatos. Porém, considerou inegável a vantagem do programa, para promoção de uma região e, neste caso, para trazer ao conhecimento público a importância de uma riqueza, que faz parte da história do Concelho.-----

----- Voltou ainda a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual prestou alguns esclarecimentos sobre assuntos já por si abordados, nomeadamente: - Relativamente à questão da saúde e à extensão de saúde de Murtede, informou que a Junta de Freguesia de Murtede é a proprietária das instalações mas não tem chave das mesmas, por questões que se prendem com a reserva dos dados dos utentes que lá estão arquivados. Acrescentou que chegam à Junta de Freguesia queixas dos utentes sobre a degradação do interior daquele espaço, no entanto não tem havido qualquer reporte por parte de quem gere aquele espaço e que dele usufrui gratuitamente, apesar da Junta estar disponível para intervir, encontrando-se a aguardar a indicação para lá poder ir; - Relativamente à questão colocada sobre a resposta das Juntas de Freguesias perante a pandemia,

recordou que na sua anterior intervenção agradeceu a todos os profissionais e a todos os agentes que estiveram no terreno, não tendo referido nem as autarquias, nem as Freguesias, nem a empresa INOVA, não por esquecimento, mas porque existe um ponto próprio na ordem de trabalhos sobre o assunto.-----

----- Interveio de novo também o Sr. Rogério Marques, referindo, relativamente à observação do Sr. José Vieira sobre a ciclovia, que obviamente, todos devem dar sugestões de melhoria e que o Executivo estará sempre aberto a recebê-las. Referiu-se de seguida à Praia da Tocha, informando que obteve 5 galardões, Bandeira Azul pelo 30.º ano consecutivo, Bandeira ECO 21 pelo 13.º ano consecutivo, Bandeira da Acessibilidade, Praia com Qualidade de Ouro e a Bandeira COLORED. Assim, congratulou o Executivo pela forma atempada e rigorosa com que os trabalhos de preparação da época balnear foram efetuados, principalmente numa época de pandemia, esperando que estejam asseguradas e acauteladas todas as condições de segurança e auxílio para a utilização daquela praia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente à questão da saúde, considerou que a partir de agora, todos têm que pensar que já chega e encetar outro tipo de diligências, mas irá aguardar, na esperança de que vai haver bom senso e que as situações se reponham de acordo com o que está protocolado; - Relativamente ao texto apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, referiu que o Sr. Manuel Augusto foi uma pessoa extremamente importante na vida do Município, pois tinha uma atividade muito grande, quer ao nível político, quer religioso ou social, sendo por isso uma grande perda; - Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Ricardo Almeida informou que o Sr. Vereador com a área do Desporto, Adérito Machado responderia

de seguida, contudo confirmou que também lhe tinha chegado o e-mail em causa que, naturalmente, foi encaminhado para a Associação. - Relativamente às medidas de prevenção COVID 19 para o futuro, recordou que o assunto será desenvolvido no ponto 2 do Ordem de Trabalhos; - Relativamente à intervenção da Sr.ª Teresa Almeida, relativamente à ligação de Arazede para Lemedo, onde começa o concelho de Cantanhede, informou que, no projeto das intervenções para colocação de tapete que já foi apresentado, é um dos projetos que estava em primeiro lugar, no entanto é um projeto difícil do ponto de vista técnico, mas que está a ser trabalhado. Explicou de seguida que a zona pior se encontra entre Zambujal e Casal de Cadima, porque tem zonas de abatimentos laterais nos locais onde, há largos anos, houve alargamento daquela via, cerca de meio metro para cada lado, e que não terá ficado bem compactada, tendo cedido. Assim, tudo vai ter de ser saneado e refeito, contudo era pertinente, uma vez que como foi referido, é uma entrada no concelho, poderá haver a possibilidade de um maior alargamento da via, em certos locais, para ser uma entrada de qualidade no concelho; - Relativamente à possível candidatura para o Centro de Recolha Animal, informou que, apesar de ser uma verba interessante, por vezes implica parcerias intermunicipais, e no momento, o Município já tem o projeto para duplicar a área existente e os orçamentos para as boxes e a colocação da base, podendo depois duplicar o número de locais para poder acolher mais cães e gatos, porque cada vez mais se torna necessário aquele tipo de apoio. _____

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a situação da primeira reclamação já se encontra resolvida. Relativamente à última reclamação, referiu não ser reportado que houve impedimento da prática ou que foi violado o pressuposto do protocolo estabelecido entre o Município de

Cantanhede e o Clube Escola Ténis de Cantanhede, porque aliás a reclamante, com domicílio em Arazede, não diz que é impedida de praticar, mas sim que não a aceitam como sócia e que os sócios têm desconto. Acrescentou que o Município não pode intervir, por se tratar de um clube que tem estatutos próprios, apenas podendo sensibilizar a Direção daquele Clube para resolver o problema. Acrescentou que, no entanto, foi solicitada ao Clube uma explicação para a situação em causa, para que seja analisado. No entanto acredita que o problema será ultrapassado entre o clube e a lesada. Relativamente ao Regulamento de 2003 que está estabelecido entre o Município de Cantanhede e a Escola de Ténis de Cantanhede, informou que o mesmo está a ser alterado para incluir o Padel.-----

----- Finalmente, o Sr. Ricardo Almeida agradeceu a explicação, no entanto reforçou que considera grave a mesma questão que foi colocada pelas duas cidadãs, porque ambas estão a ser prejudicadas no valor a pagar de mensalidade. Acrescentou que a questão da prática desporto foi resolvida, mas sendo um clube de interesse municipal, ninguém deve ver a sua intenção de ser sócia vedada.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Iniciado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa informou que iria começar pela proposta de atribuição de Voto de Pesar pelo Falecimento da Dr.ª Eva Neves Dias e solicitou à Sr.ª Áurea Andrade que procedesse à leitura da mesma.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Áurea Andrade, procedendo à leitura da proposta de atribuição de Voto de Pesar subscrita pelos Elementos da Bancada do PS, do seguinte teor: *"Foi com profundo sentimento de pesar que os Deputados do Partido Socialista desta Assembleia Municipal receberam a notícia da morte de Eva Neves Dias no dia 16-06-2020. Eva Neves Dias, nasceu na Quinta do Perdigão, Vilarinho do*

Bairro, Anadia no dia 11 de maio de 1933, filha de António Dias Libório e de Ofélia Dias e Silva. Estudou no Colégio de Cantanhede Infante Sagres e aos 15 anos completou o Curso Nacional dos Liceus no Colégio de São José em Coimbra. Em simultâneo, frequentou o Magistério Primário de Coimbra, concluiu o curso de Professora Primária no ano de 1951. Aos 18 anos inicia a sua vida profissional como Professora Primária na Escola Primária de Marvão, é após os 18 anos que passa a dedicar a sua vida ao Concelho de Cantanhede. No dia 11 de setembro de 1954, casa com Eurico da Conceição Pereira, Estudante do 2.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Durante o Estado Novo, uma Professora Primária não se podia casar com um Estudante, motivo que levou Eurico Conceição Pereira a obter uma licença de trabalhador numa Relojoaria de Cantanhede. Entre 1954 e 1961 a Professora Eva Neves Dias passou a escrever, com regularidade, na imprensa local, artigos críticos, o que lhe valeu uma perseguição política que culminou em prisão pela PIDE em conformidade com o Estado fascista instalado à data, quando estava grávida da sua primeira filha. No ano de 1961, o Dr. Eurico Pereira termina a Licenciatura em Medicina, e é mobilizado para a Guerra colonial nas ex-colónias portuguesas, onde cumpriu o seu dever ao serviço da Pátria durante 6 anos. A Professora Eva Neves Dias, à data já mãe de três filhos deixa-os aos cuidados dos avós e rumo a terras do Índico, para acompanhar o seu marido. Aí foi convidada pelas Missões religiosas a ensinar, as disciplinas humanistas do currículo. Desenvolveu uma obra marcante no interior de Moçambique, ao nível pedagógico, cívico e cultural. Após 6 anos de missão, o casal regressa a Campanas, onde a Professora Eva Neves Dias funda um pequeno colégio de ensino particular, onde se formaram ilustres personalidades do nosso Concelho. No final dos anos 60, o casal fixa residência em Coimbra, para oferecer proximidade à Universidade aos seus filhos, e para que Eva Neves Dias pudesse

realizar o seu sonho, a Licenciatura em Direito. Licenciou-se em Direito em 1976, fez as cadeiras de ciências pedagógicas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi Professora do Magistério Primário, a que corresponde a atual Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. Mulher dedicada a causas de índole cívica e social e com espírito inconformista face à fome que marcava o país. Após o 25 de abril de 1974, Eva Neves Dias colaborou com os movimentos cívicos de alfabetização e de promoção da cultura. É no desenvolvimento do processo do 25 de Abril, que Eva Neves Dias encontra no Partido Socialista o espaço de cultura e a ideologia de transformação progressista, tendo sido uma das pioneiras do Partido Socialista no Concelho de Cantanhede e responsável pela sua implantação em todas as freguesias. Nos anos 80, Eva Neves Dias, liderou duas candidaturas à Presidência da Câmara Municipal de Cantanhede, vencidas pelo saudoso Dr. Albano Pais de Sousa, tendo assumido durante 8 anos, vários pelouros, tendo-se destacando a sua ação na Cultura e Artes, tendo também marcado presença firme nas lutas do Movimento da Condição Feminina. Nos anos 90, termina a carreira no Ensino Secundário, no 10.º escalão, tendo deixado a sua marca em várias escolas, nomeadamente no Liceu Nacional Infanta Dona Maria, na Escola Avelar Brotero (em Coimbra) e na Escola Secundária de Oliveira do Bairro. Dedicou a sua reforma, que alcançou após quase 5 décadas de trabalho ininterrupto, à pedagogia e promoção cultural das gentes das terras da Gândara e da Bairrada. Criou a Associação, o Centro Cívico Polivalente "O Emigrante", em homenagem a todos aqueles que partiram em busca de uma vida melhor, após sobreviver à Primeira Grande Guerra (1914-1918). Essa Associação cria uma Escola com Creche, Jardim de Infância e ATL, na Camarneira, e viria a alcançar o estatuto de IPSS em 2004. Na última década, sob a carismática liderança da Dr.ª Eva Neves Dias, esta Associação consegue, após

concurso nacional, ser habilitada a instalar uma Unidade de Cuidados Continuados e Integrados, em Labregos, Covões, Cantanhede. Deixa-nos, após conseguir mais uma vitória: a duplicação da unidade de CCI de 21 para 42 camas. Pelo seu exemplo de vida orientada pelos mais elevados valores éticos e morais, a irrepreensível conduta cívica, amante das causas sociais e solidárias, a sua vocação humanista. Propõe-se que a Assembleia Municipal de Cantanhede reunida em 29 de junho de 2020 delibere: 1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento da Dr.ª Eva Neves Dias; 2. Endereçar as mais sentidas condolências à família enlutada da Dr.ª Eva Dias, que se destacou pela sua intervenção cívica e política e que nos deixou no passado dia 16 de junho de 2020."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, dadas as circunstâncias, a votação não poderá ser efetuada por escrutínio secreto pelo que apenas irá questionar sobre quem quer votar contra.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual informou que, conforme já tinha articulado com o líder da bancada do PS, a bancada do PSD se associa ao voto de pesar em causa, tal como acontece com a bancada da CDU que se associou a ambas as propostas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou então à votação a proposta de atribuição de Voto de Pesar pelo falecimento da Dr.ª Eva Neves Dias, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, passou de seguida à proposta de atribuição de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Augusto de Almeida dos Santos, solicitando ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes que procedesse à leitura da mesma.-----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes,

procedeu então à leitura da proposta de atribuição de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Augusto de Almeida dos Santos, do seguinte teor: *"Manuel Augusto Almeida dos Santos, nasceu a 6 de julho de 1952, no lugar de Gesteira, à data pertencente à freguesia de Cadima e atualmente inserido na freguesia da Sanguinheira. Casado e pai de 4 filhos, cedo manifestou a sua ligação à Paróquia, onde foi catequista, orientador de grupo de jovens, coordenador da catequese, responsável pelo Grupo Coral da Igreja, esta última atividade durante mais de 40 anos. Em termos profissionais foi bancário tendo desempenhado funções em agências bancárias em Cantanhede e nos últimos anos empresário em diversos ramos de atividade, designadamente, na área de contabilidade, equipamentos informáticos e segurança privada. A sua grande luta travou-a no final dos anos 80 com o "seu" projeto da criação da freguesia da Sanguinheira (1986), da qual foi o principal fundador, tendo sido o seu primeiro Presidente da Junta de Freguesia no ano de 1987, cargo onde permaneceu até 1998. Foi ainda membro da Assembleia Municipal de Cantanhede nos mandatos de 2002 a 2017, tendo exercido as funções de Secretário da Mesa da Assembleia no mandato de 2006/2009. Fortemente identificado com as grandes referências identitárias da freguesia da Sanguinheira, demonstrou desde sempre a sua vitalidade em termos associativos, bem patente na participação e dinamização em diversas coletividades da freguesia. Foi sócio fundador do Centro Social de Recreio e Cultura da Sanguinheira, do qual foi Presidente da Direção. Esteve na criação do Grupo de Teatro, onde teve uma participação ativa. Foi ainda o grande dinamizador da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Sanguinheira onde exerceu várias funções. Quem teve o privilégio de privar com o Sr. Manuel Augusto Almeida dos Santos, no exercício da sua atividade profissional ou na sua participação cívica, social, política e associativa, reconhece-lhe um carácter cordial e*

afável, de grande elevação, dignidade e consideração pelos valores da democracia e princípios de uma salutar vivência em sociedade. Perante a fatalidade do falecimento do Sr. Manuel Augusto Almeida dos Santos, ocorrida no passado dia 19 de junho, propõe-se a aprovação de um sentido e respeitoso Voto de Pesar, invocando o valor da sua intervenção política, cívica, social e associativa em prol da Freguesia da Sanguinheira e do Concelho de Cantanhede.-----

----- Seguindo a mesma metodologia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou à votação a proposta de atribuição de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Augusto de Almeida dos Santos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto n.º 2 - «Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo do número 2 do artigo 7º B da lei n.º 6 de 2020 de 10 de abril - Covid 19».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que este ponto tem a ver com o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia e, de acordo com a lei, o reconhecimento do direito à isenção e tudo o que foi praticado é da competência da Câmara Municipal, legalmente delegado na Presidente da Câmara, contudo, os atos praticados de acordo com a lei e de acordo com o número 1 do artigo referido, devem ser comunicados aos membros do órgão executivo e ao Presidente do órgão deliberativo. Assim, fazendo uma análise de tudo o que foi feito, e que teve implicações claramente financeiras, informou que; - Quanto

ao apoio ao nível da Educação, os valores estimados, no que toca ao fornecimento de refeições escolares ou dos géneros alimentícios a alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo, mesmo durante a interrupção letiva da Páscoa, rondam cerca de 6.500,00 € e, para garantir o transporte escolar aos alunos que pretenderam frequentar as aulas do 11.º e 12.º anos, o valor estimado foi de 16.000,00 €; - Ao nível da Ação Social e da Saúde, recordou as diligências efetuadas junto das Juntas de Freguesia, no sentido de estarem atentas a pessoas que pudessem estar em situações de grande vulnerabilidade, carenciadas, que ficassem desempregadas ou a outras tantas situações que poderiam acontecer, as quais poderiam recorrer a ajuda através do telefone que foi divulgado, mas também junto das IPSS's ou das Juntas de Freguesia, cujo apoio, na altura, ascendeu a 4.000,00 €; - Relativamente ao Banco de Recursos o valor ultrapassou os 3.000,00 €, valor que será, com certeza, largamente ultrapassado; - Ao nível das IPSS's, Unidades de Saúde e Bombeiros, concretamente com o apoio com máscaras, luvas, capas e desinfetantes, o valor já atingiu mais de 50.000,00 €, continuando a aumentar porque o Município continua a fornecer; - Foram antecipados os pagamentos das faturas aos empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviço, foi suspenso o processamento das faturações de refeições escolares do prolongamento de horário e não se procedeu à cobrança das taxas dos parcometros municipais; - Foi suspensa a cobrança das taxas de ocupação de espaços de publicidade dos estabelecimentos comerciais, bem como a cobrança das rendas das concessões dos equipamentos municipais; - Foram isentos de pagamento de taxas as pessoas que têm lojas no mercado municipal até ao final do ano, o que ascendeu ao valor de 2.600,00 €, e ainda no mercado da Praia da Tocha durante a época balnear, o que ascendeu ao valor de 7.629,00 €; - Também foram isentos de pagamento os lugares da feira de Cantanhede até 31 de dezembro, valor

que atinge os 48.800,00 €; - Isenção também do pagamento de taxas pela ocupação do espaço público de esplanadas, de toldos, *roulottes*, com um valor de quase 2.000,00€, mas que vai disparar, porque não está contabilizado o valor relativo aos alargamentos de esplanadas a título excepcional; - Ao nível da Proteção Civil, foram adquiridos equipamentos de proteção individual, máscaras, luvas, fatos, calçado, proteção, gel desinfetante, testes serológicos, termómetros, que foram entregue às IPSS's, à GNR, aos Bombeiros, à Proteção Civil, às unidades de saúde, aos trabalhadores da Câmara e da Inova, num valor que ronda os 270.000,00 €; - Foi atribuído um subsídio às freguesias do concelho, de acordo com o número de habitantes, de cerca de 15.000,00 €, para que cada Junta de Freguesia pudesse fazer a distribuição de equipamentos da forma como entendia ser a mais correta; - Ao nível dos tarifários de água, saneamento e resíduos, referiu que ainda não se pode calcular porque entende-se que as famílias estão com decréscimo em termos de rendimento, e se estão em casa consomem mais, tendo-se alterado a taxa que mais pesava, a taxa variável. Relativamente às empresas, informou que se alterou a taxa fixa, já que as empresas estiveram fechadas. Informou ainda que existem cerca de 75 pedidos tanto de famílias, como de empresas pelo que, a INOVA ainda está a atualizar os valores envolvidos que serão posteriormente remetidos à Câmara e assumidos pelo Município, de acordo com as instruções da ERSAR. Contudo, informou ainda que, o Município irá isentar durante dois meses a totalidade das tarifas fixas e variáveis do abastecimento de água, de águas residuais e resíduos sólidos aos Bombeiros Voluntários e às Instituições Particulares de Solidariedade Social, num valor de 12.267,00 €; - A assunção por parte do Município do pagamento aos nadadores-salvadores dos concessionários, que tinham essa mesma responsabilidade, por ter percebido a dificuldade de manter aqueles bares apesar das concessões serem da

responsabilidade da APA. Esclareceu que, apesar da Câmara não receber qualquer receita daquelas concessões, sendo muito complicado aos concessionários gerir aqueles espaços e ainda pagar aos nadadores salvadores na situação atual, o Município irá assumir esses pagamentos, o que rondará os 450.000,00 €, numa primeira fase e que vai ser largamente ultrapassado. – Relativamente à metodologia adotada nesta fase da pandemia, informou que todas as medidas foram sempre orientadas pela senhora Delegada de Saúde, que comunicava qualquer novo caso a si própria, ao Coordenador da Proteção Civil e ao capitão da GNR. Acrescentou que criaram um *WhatsApp* composto pelos 7 elementos do executivo e os 14 Presidentes de Junta e, quando havia alguma alteração do número, quer de casos positivos, casos negativos ou de óbitos, o mesmo era comunicado por freguesia, mas sem identificação. Assim, cada Presidente de Junta tinha conhecimento dessas mesmas situações na sua Freguesia, sempre com respeito à proteção de dados dos visados. Acrescentou que, genericamente as pessoas tiveram um comportamento exemplar, mas houve situações em que a Proteção Civil e a GNR, foram alertados de que as pessoas estavam positivas e não estavam confinadas às suas habitações, o que representava um grande perigo pois colocavam em risco a saúde dos outros. Havia ainda o entendimento de que, tal como aconteceu, localmente e de forma discreta, os Sr.s Presidentes das Juntas de Freguesia pudessem fazer o acompanhamento daquelas situações. Afirmou que, no momento, preocupa-se com um determinado quadro que pode vir a causar alguns problemas nos confinamentos, por um lado porque as pessoas podem começar paulatinamente a tentar facilitar em algum tipo de intervenção, por outro lado pelo facto de algumas pessoas, que por diversas razões estejam ou trabalhem na zona de Lisboa e pretendam regressar para poder fazer a sua cura em sua casa, na casa de férias ou em casa de alguém que tenham no

concelho e que poderão provocar um aumento de infetados. Em termos financeiro, afirmou que a situação não afetou as pessoas da mesma maneira, porque quem ficou a trabalhar em casa sem corte no rendimento viu o mesmo aumentado pelo facto de, por exemplo, não ter despesas de transporte, a alimentação ser diferente ou porque não estão deslocados, consoante o caso. No entanto, outras pessoas que estavam a trabalhar em empresas que foram sujeitos a *layoff* ou ainda outras que foram despedidas devem estar numa situação muito delicada. Acrescentou que o acompanhamento está a ser feito ao nível da Ação Social, pelo que alerta a todos os presentes para avisarem se forem conhecedores de alguma situação que necessite de apoio, e que o façam discretamente para que o Município possa dar esse mesmo apoio. Relativamente às IPSS`s considerou que o desconfinamento foi feito de uma forma muito serena, contida e continua, apesar das grandes dificuldades com que as famílias encararam a ausência perante os seus, e, de certa forma, também alguns utentes não perceberam o porquê de estarem meses sem ver um filho ou um neto, tendo também sido difícil lidar com essas situações quer pelos funcionários das IPSS`s, quer pelas suas Direções. Finalizou a sua intervenção informando que, em setembro, decerto virão novas informações com dados mais concretos, uma vez que a verba despendida já ultrapassa meio milhão de euros e vai decerto aumentar.——

—— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual afirmou que, desde as primeiras semanas em que a pandemia surgiu, a autarquia de Cantanhede teve uma atuação excecional e notável com a implementação de um plano de contingência com uma grande antecipação e com várias dezenas de medidas para proteger as pessoas e mitigar a propagação da transmissão do vírus. Manifestou de seguida o seu apreço pelo trabalho pró-ativo realizado pelo Município, de apoio e empenho e de proximidade a nível individual,

familiar, comunitário e organizacional, alicerçado no conhecimento das populações e do terreno, o que foi essencial para que aquela luta fosse bem sucedida. Referiu que, não menos meritório foi o papel das Juntas de Freguesia, que também implementaram várias medidas a nível local, em função da dimensão das dinâmicas de cada Freguesia. Informou de seguida que, entre as medidas mais importante e tomadas de forma quase generalizada, destacam-se a implementação local de plano de contingência em articulação com os demais agentes locais no encerramento dos equipamentos coletivos, a distribuição de equipamentos de proteção individual à população, IPSS's e outras instituições, a distribuição à população dos dispensadores das soluções desinfetantes, a desinfeção de locais de equipamentos públicos, o apoio a alunos, nomeadamente pela cedência ou disponibilização de meios informáticos e pela impressão de trabalhos, o acompanhamento e sinalização das situações sociais mais gravosas, a distribuição de bens de primeira necessidade, de medicamentos e de alimentos a cidadãos em isolamento e com carências, a colaboração com as autoridades na sinalização de comportamentos incorretos ou locais e a concessão de inúmeras isenções. Referiu de seguida que, das pessoas que foram beneficiadas com os apoios da Câmara, 41% já dispunha do cartão Colmeia, mas cerca de 33% não dispunham daquele cartão, o que leva a pensar que estão a surgir famílias e agregados que não estavam sinalizados, acompanhados pela Colmeia ou por outra Ação Social e que, fruto da pandemia, começaram a ter necessidades de acompanhamento.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 2 – «Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo do n.º 2 do art.º 7 B. da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (COVID 19)»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, do Ponto 3 ao Ponto 28 da ordem de trabalhos, se tratam de atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia, pelo que sugeriu que fossem subdivididos em três grupos, analisados e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- De seguida, solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aplicação de pavimento no Quintal da Fonte”, ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de jardim na entrada da Quinta da Sobreira», ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação das entradas da Freguesia», ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza florestal na Quinta da Sobreira», ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação da Escola do 1.º CEB da Granja», ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXII Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede», ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Pequenas Vozes de Febres», ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de terreno para abrigo na Taboeira» e ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Obras de ligação na Rua da Gândara – Outeiro, em Cordinhã».**

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, como os Sr.s Presidentes de Junta sabem, no início do mandato ou no início de cada ano e a nível orçamental é acertado o que é feito através de contratos interadministrativos, de protocolos ou de subsídios. De seguida, informou que: - Relativamente ao subsídio atribuído à Junta de Freguesia de Ançã, destinado à aplicação de pavimento no Quintal da Fonte, na envolvente da piscina natural de Ançã, obra do Município mas executada pela Junta, a proposta de atribuição de subsídio é de 2.986,00 €; - Também para a Junta de Freguesia de Ançã, diversas intervenções que deveriam ter sido feitas pela Câmara, no Jardim de entrada da Quinta da Sobreira, algumas ainda no seguimento do que aconteceu com a Leslie, um subsídio no valor de 9.018,22 €; - Ainda para a Junta de Freguesia de Ançã, a requalificação de três entradas na Freguesia, uma junto à fábrica Fapricela, outra a meio, junto ao cruzeiro, e ainda, outra junto aos semáforos, um subsídio no valor de 6.234,90 €; - E ainda, para a Junta de Freguesia de Ançã, destinado à limpeza florestal da Quinta da Sobreira, um subsídio no valor de 738,00 €; - E também para a Junta de Freguesia de Ançã, destinado a obras de requalificação na antiga escola do 1.º CEB na Granja de Ançã, edifício municipal, que necessitava de intervenção urgente, destinada à utilização pelas associações da freguesia, um subsídio no valor de 16.685,59 €; - Para a Junta de Freguesia de Febres, no âmbito do Ciclo de Teatro, interrompido quando surgiu a pandemia, portanto, destinado ao Grupo das Pequenas Vozes de Febres, o subsídio no valor de 750,00 €; - Também para a Junta de Freguesia de Febres, destinado às Pequenas Vozes de Febres, inserido nos habituais subsídios culturais, por ser um Coro, um subsídio no valor de 250,00 €; Para a Junta de Freguesia de Cadima que adquiriu um terreno para a implantação de um abrigo de passageiros, um subsídio no valor de 600,00 €; - Para a Junta de Freguesia de

Cordinhã, para obras ao nível de passeios, intervenções nas ruas da Gândara do Outeiro, cuja obra ficou no total em 24.463,53 €, o valor do subsídio é de 4.463,53 €, porque foram atribuídos 20.000,00 € através dos contratos interadministrativos.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aplicação de pavimento no Quintal da Fonte»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Aplicação de pavimento no Quintal da Fonte»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de jardim na entrada da Quinta da Sobreira»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de jardim na entrada da Quinta da Sobreira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação das entradas da Freguesia»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação das entradas da Freguesia»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e**

votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza florestal na Quinta da Sobreira»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Limpeza florestal na Quinta da Sobreira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação da Escola do 1.º CEB da Granja»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação da Escola do 1.º CEB da Granja»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXII Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / XXII Ciclo de Teatro Amador do Concelho de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida à votação do **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Pequenas Vozes de Febres»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia de Febres / Pequenas Vozes de Febres», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida à votação do Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de terreno para abrigo de passageiros na Taboeira»:**-----

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de terreno para abrigo de passageiros na Taboeira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida à votação do Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Obras de ligação na Rua da Gândara – Outeiro, em Cordinhã»:**-----

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Obras de ligação na Rua da Gândara – Outeiro, em Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- **O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã», ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Execução de passeios na Rua do Valongo e Rua do Penedo da Saudade», ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Construção de passeios na EN 234», ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da**

proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de terreno para Parque de Lazer», ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Requalificação do Largo de São João», ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza do Parque de Merenda das Berlengas», ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de passeios no Largo António José de Almeida» e ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de varredora»:-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a informar que: - Relativamente à Junta de Freguesia de Cordinhã, respeitante às candidaturas dos mercados feitas à ADELO, às quais se candidataram, para além do Município de Cantanhede, as freguesias de Cordinhã, Ourentã e Tocha, no caso concreto, a valor orçamentado para a obra realizada pela Junta de Freguesia da Cordinhã é de 117.450,02 €, sendo a proposta de atribuição de subsídio de 50.000,00€, uma vez que o apoio comunitário não ultrapassa os 60%; - Relativamente à Freguesia de Murtede, respeitante aos passeios na Rua do Valongo e no Penedo da Saudade, o subsídio é de 10.000,00 €, o qual poderá sofrer algum tipo de correção face à apresentação dos documentos de despesa; - Também para a Freguesia de Murtede, decorrente de uma empreitada de construção de passeios, numa parte que não estava contemplada nessa empreitada, a Junta de Freguesia substitui-se também ao Município, sendo atribuído um subsídio de 14.546,30 €; - Relativamente à Freguesia da Sanguinheira, para a aquisição de um terreno para Parque de Lazer, um subsídio no valor de 3.000,00 €; - Ainda para a Freguesia de Sanguinheira, destinado

à requalificação do Largo de S. João, um subsídio no valor de 10.000,00 €; - Relativamente à Freguesia da Tocha, destinado à limpeza do Parque de Merendas das Berlengas, um subsídio no valor de 2.513,14 €; - Também para a Freguesia da Tocha, destinado à execução de passeios no Largo António José de Almeida, um subsídio no valor de 9.995,80 €; - Ainda para a Freguesia da Tocha, destinado à aquisição por aquela Junta de Freguesia de uma varredora que custou 5.113,52 €, um subsídio no valor de 1.534,06 €.

— Passou-se de seguida à votação do **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã»:**

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Requalificação do Mercado de Cordinhã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

— Passou-se de seguida à votação do **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Execução de passeios na Rua do Valongo e Rua do Penedo da Saudade»:**

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Execução de passeios na Rua do Valongo e Rua do Penedo da Saudade»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

— Passou-se de seguida à votação do **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Construção de passeios na EN 234»:**

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto**

14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Construção de passeios na EN 234», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de terreno para Parque de Lazer»:-----**

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Aquisição de terreno para Parque de Lazer», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- **Passou-se de seguida à votação do Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Requalificação do Largo de São João»:-----**

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Requalificação do Largo de São João», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- **Passou-se de seguida à votação do Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza do Parque de Merenda das Berlengas»:-----**

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza do Parque de Merenda das Berlengas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

— Passou-se de seguida à votação do **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de passeios no Largo António José de Almeida»**:-----

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Execução de passeios no Largo António José de Almeida»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

— Passou-se de seguida à votação do **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de varredora»**:-----

— Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Aquisição de varredora»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

— O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha»**, ao **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo 12 de Julho no Corticeiro de Cima»**, ao **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de pontes na Malhada»**, ao **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Limpeza do Parque da Carvalheira»**, ao

Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção de passeios na Areia da Camarneira», ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de passeios na Rua do Barreiro, Rua da Boavista, Rua de Sepins Pequeno em Sepins e Rua do Carvalho no Bolho», ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Manutenção de áreas ajardinadas», ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins, Muro de Suporte e Requalificação do Cemitério do Bolho» e ao Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias do Concelho / Aquisição de EPI's/COVID 19 para fornecimento à população».-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, passando a informar que; - Relativamente à Freguesia da Tocha, um complemento para manutenção da limpeza da Praia da Tocha, sendo o subsídio no valor de 12.000,00€; - Relativamente à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinado a comparticipar a construção do Largo 12 de Julho no Corticeiro de Cima, um subsídio no valor de 20.286,39 €; - Para a União das Freguesias de Covões e Camarneira, um subsídio destinado à construção de duas pontes no lugar de Malhada, no valor de 98.394,78 €; - Relativamente à manutenção do Parque da Carvalheira, informou que a deixou de ser efetuada pela INOVA, tendo sido efetuada pela União das Freguesias de Covões e Camarneira, pelo que foi atribuído o valor de 3.000,00 €; - Ainda à União das Freguesias de Covões e Camarneira, para os passeios, não da Areia da Camarneira, mas sim nas Quintas da Camarneira, a atribuição do valor de 7.000,00€;

- Para a Freguesia de Sepins e Bolho, destinado aos passeios na Rua do Barreiro, Rua da Boavista, Rua de Sepins Pequeno em Sepins e na Rua do Carvalhal no Bolho, o valor de 15.000,00 €; - Ainda para a Freguesia de Sepins e Bolho, destinado à parte que ficou fora do protocolo das áreas ajardinadas, o valor de 1.800,00 €; - Ainda para a Freguesia de Sepins e Bolho, três subsídios que estão condensados na mesma informação, sendo um apoio para o polidesportivo de Sepins no valor de 15.000,00 €, um apoio destinado a um muro de suporte no valor de 10.000,00 € e outro apoio destinado ao cemitério do Bolho, no valor de 10.000,00 €, no total de 35.000,00 €; - Finalmente, um apoio de 14.638,00 €, no âmbito da COVID-19, dado a todas as Juntas de Freguesia, de acordo com a população, para que cada Junta de Freguesia pudesse fazer a distribuição do material de proteção que entendesse, à própria população, indo assim ao encontro dessas necessidades.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Limpeza da Praia da Tocha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo 12 de Julho no Corticeiro de Cima»**:--

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo 12 de Julho no Corticeiro de Cima», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de pontes na Malhada»:-----**

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Execução de pontes na Malhada», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Limpeza do Parque da Carvalheira»:-----**

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Limpeza do Parque da Carvalheira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção de passeios em Quintas da Camarneira»:-----**

----- **- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Construção de passeios em Quintas da Camarneira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção**

de passeios na Rua do Barreiro, Rua da Boavista, Rua de Sepins Pequeno em Sepins e Rua do Carvalho no Bolho»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de passeios na Rua do Barreiro, Rua da Boavista, Rua de Sepins Pequeno em Sepins e Rua do Carvalho no Bolho»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Manutenção de áreas ajardinadas»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Manutenção de áreas ajardinadas»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins, Muro de Suporte e Requalificação do Cemitério do Bolho»:**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Requalificação do Polidesportivo de Sepins, Muro de Suporte e Requalificação do Cemitério do Bolho»,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias do Concelho / Aquisição de EPI's/COVID 19 para fornecimento à população»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias do Concelho / Aquisição de EPI's/COVID 19 para fornecimento à população»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 29 - «Relatório Anual de Atividades da CPCJ e Plano de Ação para 2020 / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a Sr.^a Vereadora Célia Simões que detém o Pelouro dessa área não pôde estar presente por motivos familiares, pelo que seria o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, anterior Presidente da CPCJ a apresentar o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual recordou a importância das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na promoção dos direitos e da proteção das crianças, para garantir o seu bem-estar e o seu desenvolvimento integral. Relativamente aos documentos apresentados, informou que: - Dos cerca de 67 processos que transitaram de 2018 e com uma movimentação de cerca de 154 processos, transitaram apenas 50 processos para 2020; - Perante os números registados, com a questão da pandemia, houve uma subida do número de crianças acompanhadas a partir de março e que tem vindo sempre a crescer pelo que a CPCJ merecia um reforço do apoio de mediação e de maior atenção relativamente àquelas situações; - As faixas etárias das crianças que têm merecido a atenção da Comissão

se situam entre os 11, 15 e 16 anos, idades da adolescência e da fase da transição; - Das problemáticas que foram sinalizadas estão na base da intervenção, a violência doméstica, a negligência parental, comportamentos graves antissociais ou de indisciplina por parte de crianças e jovens e o absentismo escolar; - As entidades sinalizadoras continuam a ser os estabelecimentos de ensino por ser o local onde os alunos, as crianças e jovens, passam mais tempo, o que por si também é um sinal positivo; - A medida aplicada com maior frequência, foi o apoio junto dos pais, o que significa que há um maior envolvimento em atacar as causas dos problemas envolvendo sempre a família como parte importantíssima do processo. Finalmente, referenciou o trabalho notável, de dedicação, profissionalismo, de competência, de enorme sensibilidade das pessoas que trabalham na área e deu os parabéns a toda a CPCJ, na pessoa da sua Presidente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Teresa Almeida, a qua informou ter lido com atenção o Relatório em causa e que concorda com tudo o que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso. Da leitura que efetuou, questionou o facto da Comissão alargada ter tido 9 reuniões e alguns membros apenas terem participado em 1 ou 2 e considerou que, no Plano de Atividades, a tabela ficaria mais entendível, se contivesse uma coluna para os destinatários das ações e ainda, relativamente à divulgação da CPCJ pelas instituições e escolas do concelho, questionou a que alunos a mesma se destina. Relativamente ao Plano de Atividades, considerando a sua experiência de mais de 30 anos a trabalhar com a Comissão em vários Concelhos, afirmou ter noção que os professores e os funcionários são sempre, na grande maioria, quem alerta as Comissões, porque passam mais tempo com as crianças, desde o pré-escolar até ao 12º ano. Por esse facto, acredita que hoje a CPCJ tem de desenvolver atividades para

capacitar os seus intervenientes para a leitura de sinais, porque é na faixa etária do pré-adolescente ao adolescente que as crianças conseguem colocar para o exterior, situações que na pré e no primeiro ciclo não falam e que já seriam de intervenção. Considerou, de seguida, o plano e os objetivos ótimos, mas, considerou que, para que haja uma intervenção precoce, são necessárias ações de capacitação no sentido de ler os sinais das crianças que não verbalizam determinadas situações, mas que acabam por dar sinais que muitas vezes não são lidos. Informou ainda ter lido que foi distribuído um panfleto, mas considera ser um desperdício porque, quem vive nas escolas sabe qual é o destino desses panfletos, sendo que 95% ou vão para dentro de um livro ou vão logo para o caixote do lixo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual começou por dar uma palavra de reconhecimento a todos colaboradores pelo trabalho realizado, pela sua entrega e dedicação. De seguida procedeu a uma análise pormenorizada do relatório, referindo nomeadamente, que existem 7270 crianças e jovens no concelho, representando 17% da população e que existem 154 processos acompanhados cuja faixa etária vai dos 11 aos 17 anos. Informou ainda que, relativamente a crianças e jovens afetados por violência doméstica, o ano começou com 74 casos e em dezembro o número tinha decrescido para 50, no entanto, conforme foi referido pelo Sr. Vice-Presidente, devido à pandemia Covid19 essa tendência decrescente voltou a subir. Finalizou a sua intervenção questionando sobre como será reforçada a Comissão de Proteção de Jovens, no período do Covid19, uma vez que se perspetiva um aumento de casos.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual agradeceu, em nome da Comissão, todos os contributos, porque é importante não só elogiar, mas também acolher as propostas, nomeadamente, relativas a formação.

Referiu a importância da informação e concordou com a sugestão de inclusão dos destinatários que, apesar de se poderem verificar mais à frente no relatório, poderá passar por uma alteração na composição da tabela apresentada. Referiu ainda que, efetivamente houve um reforço na atitude preventiva da Comissão, o que implica um reforço em termos de ação imediata, porque existe consciência dos processos e sabe-se precisamente que houve um aumento dos mesmos, sendo necessário que a Comissão responda atempadamente e dê uma resposta efetiva. Relativamente à intervenção da Sr.ª Teresa Almeida, felicitou a Assembleia Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, por apresentar o Relatório à Assembleia Municipal, porque considera muito importante que esta tenha um olhar muito especial sobre a vida do concelho, e no caso concreto, um olhar sobre como é que todas as crianças e jovens que não têm condições para ter um desenvolvimento integral que lhes permita realizar da educação à saúde, à própria alimentação, aos bens básicos, o próprio carinho e afeto e por aí fora. Recordou que não é por acaso, que as nomeações dos representantes da Comissão são feitas na Assembleia Municipal e felicitou ainda a Assembleia Municipal pela forma como fez aquelas nomeações. Recordou ainda que as Comissões têm autonomia funcional, não são uma estrutura da Câmara e têm a particularidade de terem representantes da comunidade nomeados pelas Assembleias Municipais. Acrescentou, ter sido hábito desta Assembleia, pelo valor que dá a este trabalho, pela atenção que tem relativamente a esta questão, de escolher pessoas com o perfil adequado. Relativamente às representações feitas apenas uma vez por ano, considerou ser inadmissível, pois assim não é possível trabalhar em condições, nem responder da melhor forma, porque aquelas ausências, traduzem-se em mais trabalho para todos os outros que já estão sobrecarregados, que têm imensos processos em mãos e com a necessidade de poder ter mais tempo

responder aos desafios da Comissão. Assim, informou que iria solicitar à Comissão que transmitisse às entidades cuja representação tenha sido feita de uma forma deficitária para, ou substituir os seus representantes ou repensarem o seu posicionamento. Relativamente à questão da formação, afirmou ser uma pena que, precisamente as escolas que são chamadas a participar no desenho daquele plano de atividades, através dos seus interlocutores, nas alturas certas não o façam, apesar de ser uma questão que tem sido trabalhada pela Comissão ao longo dos anos. Sublinhou, de seguida que, quer o projeto da DELI, quer o projeto ADN, quer outras ações que têm sido desenvolvidas, têm sido executados na mesma capacitação, variando os técnicos das diferentes entidades, permitindo desenvolver um conjunto de competências e de conhecimentos em áreas muito precisas para o acompanhamento que é determinante, sobretudo, na capacidade de ler os sinais e de antecipar o que, muitas vezes, não é verbalizado, nem é do conhecimento geral e que, se não houver uma enorme sensibilidade e sobretudo, algum profissionalismo, é evidente que só mais tarde é que se revelam já com outros sinais mais preocupantes.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual agradeceu os contributos prestados.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 – «Proposta da Estrutura Orgânica do Município de Cantanhede, do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e da 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal 2020»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, com o Governo de Passos Coelho, houve uma alteração da Lei que obrigou os municípios a alterarem as estruturas orgânicas para que elas fossem drasticamente reduzidas. Acrescentou nunca ter

concordado com essa nova estrutura orgânica, pois não ia ao encontro das necessidades do município, ao contrário desta nova, muito semelhante à que encontrou quando entrou há 18 anos para a Câmara, mas com as alterações devidas pela mudança dos tempos. Acrescentou ainda que, como a Lei mudou e o Governo alterou a situação relativamente às estruturas orgânicas e ao número de chefias, aproveitou para adaptar a estrutura orgânica do Município à realidade do Concelho, sem esquecer as competências que vão ser transferidas quer da área da Educação, quer da área da Saúde. Passou, de seguida a descrever a nova estrutura proposta, sendo composta, nomeadamente por: - Um Departamento Administrativo e Financeiro, um Departamento de Urbanismo, um Departamento das Obras Municipais e um Departamento de Desenvolvimento Económico e Social; - No Departamento Administrativo e Financeiro, existe a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, a Divisão Financeira, a Divisão Jurídica, a Divisão de Modernização, Inovação e Qualidade e uma unidade de terceiro grau, o Serviço Municipal de Aproveitamento e Armazém; - No Departamento de Urbanismo, a Divisão de Gestão Urbanística e de Reabilitação Urbana, a Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, a Divisão de Gestão Florestal e de Recursos Naturais, e uma unidade de terceiro grau, o Serviço Municipal de Fiscalização; - O Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, passará a integrar a Divisão de Cultura, com um Serviço Municipal do Associativismo, Gestão de Eventos e Bibliotecas e um Serviço Municipal dos Núcleos Museológicos e Património Cultural, a Divisão do Desporto, a Divisão da Ação Social e da Saúde, a Divisão da Educação e Juventude; - Por imposição legal, ligada à Presidência, a Autoridade Sanitária Municipal, o Serviço Municipal de Proteção Civil, e ainda por opção o Gabinete de Apoio ao Agricultor; - A Divisão de

Administração Direta e de Apoio às Freguesias, a Divisão de Comunicação e Imagem, Protocolo e Turismo também ligadas à Presidência.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu que, a primeira impressão que teve quando viu a nova estrutura orgânica foi de que efetivamente havia um aumento significativo de Divisões. No entanto, acredita que a criação desta nova orgânica, conforme foi referido pela Sr.^a Presidente, tem a ver com as novas necessidades, mas principalmente, destina-se a preparar o Município para dar resposta às diferentes e crescentes solicitações futuras, face aos novos desafios que se perspetivam com a transferência de novas competências da Administração Central para o Município de Cantanhede nas áreas da saúde, educação, habitação, policiamento, fundos europeus, captação de investimentos e promoção turística.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 30 - «Proposta da Estrutura Orgânica do Município de Cantanhede, do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e da 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal 2020»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 25 votos a favor e 5 votos contra.-----

----- Após a votação, o Sr. Luís Pato apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros da Bancada do PS, do seguinte teor: *“Embora concordemos que uma atualização de serviços é sempre necessária, no entanto, o Partido Socialista, expressa as discordâncias relativas a esta reestruturação pelas seguintes razões que passaremos a enumerar. Na apresentação e aprovação das contas de 2019, não houve qualquer referência a dificuldades organizacionais dos serviços da Câmara Municipal, ficando evidenciado o elogio ao bom desempenho de todos os colaboradores e serviços. Não se demonstrou, portanto, qualquer necessidade de*

alteração do quadro organizativo; Não conhecemos qualquer resultado de inquérito de satisfação realizado aos serviços municipais nem aos utentes sobre o seu índice de satisfação onde mostre os pontos fortes e fracos; O atual regulamento de organização dos serviços parece-nos ajustado e estar à altura de cumprir com rigor, eficácia e eficiência. Trata-se de um regulamento recente (publicado em 31 de janeiro de 2018) e descreve a organização dos serviços da câmara municipal como sendo boa e racional; A transferência de futuras competências para a Câmara Municipal não é só por si razão suficiente para esta atualização, nem estão claramente quantificadas na justificação apresentada; Aumentar para mais do dobro das suas unidades orgânicas no atual contexto em que a Câmara tem um passivo de 23 milhões de euros, não fica claro que irá aumentar a eficácia e eficiência dos serviços, mas é evidente trará um aumento significativo dos custos com o pessoal e muito provavelmente com o funcionamento; Perdem-se funções de uma natureza mais operacional para cargos de natureza mais organizativa; Ainda há bem pouco tempo, noutras situações de cariz laboral de colaboradores da Câmara Municipal de Cantanhede, ouviu-se a Sr.ª Presidente da CMC a justificar a não transição e correta adequação profissional de colaboradores (precários), já com anos de serviço prestados, para os quadros da Câmara alegando, entre outros motivos, questões financeiras, convém não esquecer que esta situação só foi resolvida por uma diretriz do governo socialista. Por estas razões não compreendemos tão profunda, desproporcionada e dispendiosa alteração organizacional dos serviços numa altura de um futuro incerto com a pandemia que nos atinge a todos, levando-nos a pensar que teremos de ser cautelosos nos custos.”-

— Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros da bancada do PSD, do seguinte teor: “O mapa de pessoal atualmente vigente resulta de diversas

reestruturações e ajustes, mas sobretudo da aplicação da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que estabeleceu diversos limites ao número de unidades orgânicas dos municípios, assim como determinava uma redução de dirigentes superior a 30%, mas que podia ocorrer de forma gradual, como veio a acontecer. A redução da estrutura orgânica então implementada, resultou única e exclusivamente de imposição legal, mas ainda assim, curiosamente, contou com um voto contra e a abstenção dos demais elementos do PS nesta Assembleia Municipal. Sem prejuízo, há longo tempo que a Sra. Presidente foi dando nota que a aceitação das transferências das novas competências do Estado Central teria um impacto económico e estrutural nos municípios que vai muito além dos meios diretamente afetos a cada uma dessas competências. Além do enorme aumento do quadro de pessoal e das tarefas a desempenhar, há necessariamente aumento de toda a estrutura por detrás, como por exemplo, dos meios afetos à contratação e aos Recursos Humanos. Nunca se ouviu aqui qualquer reparo ou observação contrária a tal evidência. A título de exemplo, refiram-se áreas como as vias, a educação ou a saúde, em que a complexidade da gestão municipal vai ser seriamente afetada. Um enorme aumento de pessoal, um enorme aumento de infraestruturas para manter, ou seja, necessariamente um enorme aumento da organização e da estrutura a gerir. A antecipação dos problemas por parte do executivo municipal apenas revela capacidade previsionial e de antecipação, como aliás sempre se defendeu, que a transferência de competência deve ser feita de forma ponderada e atempadamente estudada. Mais que corrigir eventuais lacunas detetadas, esta proposta vai no sentido de precaver o futuro. Para os mais distraídos, recorda-se a amplitude e diversidade das áreas em que serão feitas transferências para os municípios: Praias; Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar; Vias de comunicação; Justiça; Associações de Bombeiros;

Estruturas de Atendimento ao Cidadão; Habitação; Património imobiliário público sem utilização; Estacionamento Público; Cultura; Educação; Transporte em vias navegáveis interiores; Áreas portuárias; Áreas Protegidas; Saúde. Naturalmente que há um aumento do número de unidades orgânicas, mas será sobretudo importante olhar para cada uma das novas unidades orgânicas, perceber a justificação da sua existência e, se for caso, apontar concretamente as que deviam ser eliminadas: O Departamento de Obras Municipais é destacado do Departamento de Urbanismo, no seio do qual surge a nova Divisão de Estudos e Projetos (antes Gabinete), unidades que são fundamentais para prestar apoio não apenas à atividade e à obra camarária, mas também às freguesias, instituições e associações, para as quais são cada vez mais fundamentais apoios não financeiros, como a elaboração de estudos e projetos; É criado o Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, dentro do qual surge o novo Gabinete de Desenvolvimento Económico e é criada uma Divisão independente para a Cultura com dois novos gabinetes (antes a Cultura estava agregada ao Desporto e Turismo). Recorda-se que este Departamento abrange as áreas da Saúde, da Educação, da Ação Social e da Cultura, áreas vastas e que terão dos maiores acréscimos de responsabilidades e de pessoal, ao que acresce a potenciação que se pretende dar à Cultura e à Indústria, fatores que conjuntamente concorrem para justificar esta reformulação profunda e a segregação das diferentes áreas; Dentro do Departamento de Urbanismo, é criada uma nova Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, enquanto o Gabinete de Fiscalização passa a Serviço Municipal e o Gabinete da Gestão Florestal e Recursos Naturais ganha estatuto de Divisão. Esta alteração é facilmente justificável perante a importância crescente das temáticas ambientais e, sobretudo, perante o enorme volume de trabalho que condiciona mais meios e mais recursos humanos adstritos à

limpeza de faixas de gestão de combustível pelo município e à fiscalização do cumprimento pelos privados; No Departamento Administrativo e Financeiro, a Equipa jurídica ganha estatuto de Divisão, o mesmo acontecendo na área da Modernização, Inovação e Qualidade, sendo também criado um Serviço Municipal de Aprovisionamento e Armazém. Ora, o crescimento da estrutura condiciona um aumento das necessidades e da robustez orgânica das unidades adstritas ao apoio jurídico e de armazenamento, entre outras; O Gabinete de Apoio à Presidência e ao Município e o Gabinete de Apoio ao Agricultor respondem diretamente à Presidência, sendo estruturas já em funcionamento e com excelentes resultados práticos, pelo que apenas se lhes dá a legítima estrutura. Além de plenamente justificado, na prática, o organograma agora proposto regressa a um modelo muito próximo do vigente antes de 2013. É também importante denotar que muitas das chefias continuaram inclusivamente a desempenhar as funções de sempre, mas com menor autonomia e menor remuneração. Esta Assembleia já discutiu por diversas vezes varas questões laborais como a precariedade e a contratação, a adequação das habilitações à categoria profissional ou a progressão nas carreiras. Esta proposta, não resolvendo todos os problemas, vai de encontro às necessidades e minimiza muitos deles, repondo a dignidade daqueles que desempenhavam cargos de chefia, sem o devido reconhecimento institucional. Uma estrutura orgânica mais horizontal, mas próxima das pessoas e dos problemas, permitirá um maior conhecimento das questões e, conseqüentemente decisões melhor fundamentadas e mais justas. Permitirá decerto menos burocracia, com a aproximação do decisor à decisão e, conseqüentemente, processos mais céleres e ações mais eficazes e eficientes. Permitirá uma estrutura mais flexível e dinâmica, o que se traduzirá em diversos ganhos para a instituição Município de Cantanhede e para os cidadãos. Por último, mas não menos importante,

conhecendo-se o rigor da gestão económica dos executivos liderados por Helena Teodósio, rigor esse reconhecido interna e externamente, isso dá-nos a confiança que os eventuais impactos financeiros desta medida estão devidamente acautelados, além de serem, como já se disse, amplamente cobertos por razões de operacionalidade e funcionalidade. Pelo exposto, a bancada do PSD vota favoravelmente a Estrutura Orgânica e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede.”-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 31 - «Relação das Isenções das taxas municipais concedidas durante o 1.º semestre de 2020 pela Câmara Municipal de Cantanhede / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que as isenções de taxas durante o 1.º semestre de 2020 foram de 60.964,99 € e que, decerto que da próxima vez, resultando da pandemia da doença Covid19, o valor será corrigido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, recordou que, tal como foi deliberado pelo executivo, semestralmente, estes valores são dados a conhecer à Assembleia. Recordou ainda que, desde o 1.º semestre de 2018, esses valores oscilam bastante, nomeadamente, no 1º semestre de 2018, 300.000,00 €, no 2.º semestre de 2018, 300.000,00 €, em 2019, 400.000,00 € no 1.º semestre e no 2.º semestre 820.000,00 €. Referiu de seguida que, tal como a Sr.ª Presidente da Câmara já referiu, é verdade que as isenções, por pequenas que sejam, vão somando e no final tem o seu impacto no orçamento e, também é verdade que as grandes variações entre os 300.000,00 € e os 800.000,00 €, normalmente, são do Departamento de Obras e Urbanismo. Informou ainda que, após verificar o quadro das isenções, ficou com algumas dúvidas relativamente a algumas Instituições, tais

como o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Coimbra para a realização de um concurso para técnico e auxiliar de saúde ou a Federação Portuguesa de Futebol para uma formação e não para provas desportivas. Assim, questionou sobre o porquê daquelas organizações terem tido aquelas isenções, sobre a possibilidade de se fazer um regulamento que definisse o âmbito e a missão daquelas isenções e ainda sobre a necessidade de juntar as isenções das Obras e Urbanismo, com as restantes isenções, apesar de se diferenciarem as duas parcelas.-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que, efetivamente as isenções de taxas gerais são apresentadas juntamente com as isenções de taxas do Urbanismo, mas todas representam isenções, apesar das do urbanismo ascenderem a 41.528,75 € e as outras a 18.446,24 €. Relativamente aos exemplos que foram referidos, informou que o Município tem muito boa ligação com o IEFP, em várias áreas e, por outro lado, vai ao encontro das necessidades dos formandos para terem a formação em Cantanhede. Relativamente ao Desporto, informou que se tem tentado receber todas as entidades que pretendem treinar no concelho para divulgar os parques do Concelho e para ir ao encontro de outras realidades e de partilhas a nível associativo, o que considera ser importante. Finalmente, informou que o Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, já se encontra a trabalhar num Regulamento de isenções de Impostos Municipais para que as isenções concedidas sejam mais claras.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 32 - «Contrato de Empréstimo a médio/longo prazo até ao montante de 3.200.000,00 € celebrado com o B.P.I., S.A. / Reformulação da deliberação de 05/11/2019 e aprovação da minuta da adenda ao contrato»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio a qual informou que se trata de um acerto devido a duas situações. A primeira relacionada com uma questão colocada pelo Tribunal de Contas, a qual foi informada e corrigida, nomeadamente, que o Município poderia fazer o empréstimo em causa e outro que já ser feito para a questão do tapete, e que, de acordo com a sua capacidade de endividamento, só poderia ir até 20%, quando no momento, essa percentagem foi alterada pelo Governo para 100%. Mudando de assunto, a Sr.ª Presidente da Câmara considerou de grande injustiça o Sr. Luís Pato falar da questão dos avançados na Câmara de Cantanhede, quando esta foi a primeira a avançar com aquela regularização. Acrescentou ser certo que, conforme referiu, foi o Governo Socialista que o permitiu, mas foi nessa altura que o Município utilizou essa possibilidade, conseguindo fazer uma regularização que não seria possível fazer de outra forma, porque as pessoas que teriam de concorrer para os concursos a termo, eram decerto ultrapassadas por muita gente que já está na função pública, sendo assim uma grande injustiça que fez aos serviços e, nomeadamente, ao Executivo. Voltando ao assunto em apreço, reforçou que, apesar do Governo agora permitir a capacidade de endividamento a 100%, quando foi feito o contrato em causa, em setembro de 2019, o Município avançou com o valor de 3.200.000,00 €, correspondendo a 20% da capacidade de endividamento, no entanto, o Tribunal de Contas informou que o cálculo deveria ter sido efetuado à data de 01/01/2019, pelo valor de 2.800.000,00 € pelo que, foi resolvida a questão e os 400.000,00 € a mais serão obtidos através de capitais próprios ou através de outro empréstimo. Informou ainda que, a outra situação visada pelo Tribunal de contas teve a ver com um lapso do BPI, instituição de crédito que ganhou o concurso, porque apesar da taxa ser negativa, -0,417%, não colocaram um spread de 0,67%, igual à taxa, quando deviam

ter feito um acerto entre o spread e a taxa negativa, o que daria uma taxa real de 0,253%, tendo sido efetuada a necessária correção.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual solicitou esclarecimento sobre a possibilidade de poderem discutir uma declaração de voto apresentada num certo ponto da ordem do dia, no ponto da ordem do dia seguinte. Relativamente à questão dos avançados, afirmou que injustiça era a situação em que se encontravam, tendo sido a bancada do Partido Socialista a trazer aquelas situações a debate, porque nunca tinha sido abordada.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informando que, conforme já referiu em anteriores sessões, as declarações de voto seguem o previsto no Regimento aprovado. Assim, depois de se ter discutido o assunto e apresentadas as declarações de voto, o assunto não pode e não deve ser discutido nos pontos da ordem do dia posteriores. Acrescentou, conforme também já foi referido que, no final da sessão, quem pretender voltar a falar sobre qualquer assunto, o poderá fazer, intervindo como público, devendo existir bom senso para que, de alguma forma, se consiga gerir o tempo da sessão. Recordando de seguida uma situação pela qual foi criticado e, na qual autorizou que após uma declaração de voto, a Sr.^a Presidente da Câmara, mais tarde voltasse ao mesmo assunto, solicitou que todos refletissem sobre o assunto para que se possam todos entender, para que possa haver contraditório e para que possam todos discutir o assunto.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 32 - «Contrato de Empréstimo a médio/longo prazo até ao montante de 3.200.000,00€ celebrado com o B.P.I., S.A. / Reformulação da deliberação de 05/11/2019 e aprovação da minuta da adenda ao contrato»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 24 votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público “Construção/Beneficiação/Reparação de edifícios escolares (JI/EB1/CE), por empreitada: Ampliação e Requalificação da EB1 de Febres»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o Município está a tratar da ampliação e requalificação da EB1 de Febres, está com o projeto da Tocha e ainda com o Jardim de Infância da Pocariça que vai transitar para a antiga escola EB1. Acrescentou que, neste caso concreto, o projeto está feito, necessitando-se que vá para concurso, com o valor de 885.385,94 €, mais IVA a 6%, o que dá um total de 941.689,09 €. Assim, como há necessidade de lançar o concurso e, como são assuntos que demoram, foi cabimentado 0,01 € para o presente ano, ficando o restante valor para 2021, dando necessária a autorização da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos que abrangem mais do que um ano, concretamente os anos 2020 / 2021.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público “Construção/Beneficiação/Reparação de edifícios escolares (JI/EB1/CE), por empreitada: Ampliação e Requalificação da EB1 de Febres»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 34 - «Incorporação do Saldo de Gerência – 2019 / Indicações da DGAL / Complemento da deliberação da Câmara Municipal de 17/03/2020 / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a lei anterior, o

saldo de gerência só poderia ser incorporado na altura da prestação de contas, no entanto, houve uma alteração com a lei do Orçamento de Estado. Recordou que houve um atraso na publicação e na aprovação do Orçamento de Estado, no qual o assunto foi clarificado, no entanto, na última Assembleia Municipal foi informado que a incorporação do saldo de gerência já tinha sido efetuada, de acordo com o que estava já previsto na lei e que agora foi clarificado. Salientou, de seguida que, neste caso concreto, esta medida do Partido Socialista, deu muito jeito para as contas do Município, uma vez que a prestação de contas foi muito mais tardia. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 35 – «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2019 e aplicação do resultado líquido do Exercício / Relação dos bens patrimoniais do Município»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - Relativamente aos bens inventariados, o Município tem no momento 98.368 bens inventariados, o seu ativo bruto atinge os 170.961.421,28 € e o seu ativo líquido os 88.379.776,52 €; Relativamente à Prestação de Contas informou que, conforme os documentos recebidos, dentro do enquadramento geral, todas as indicações legais foram cumpridas, e recordou que, quando foi a reunião de Câmara foi salientado ter sido um período muito difícil para a apresentar, porque o Chefe da Divisão Financeira foi transferido, ficando a equipa liderada por outra pessoa, com o acompanhamento direto do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr. José Negrão, e ainda com uma pandemia pelo meio, que fez com que as pessoas continuassem a trabalhar da mesma forma, uns em trabalho em casa, outros sempre presentes,

acabando por ter sido um processo que decorreu praticamente na normalidade, como se fosse um ano normal, embora não o seja. Por isso, deixou uma palavra de apreço a toda a equipa da Divisão Financeira na pessoa do Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, solicitando que a mesma seja transmitida a todos os que trabalharam para que aquelas contas fossem apresentadas na presente assembleia. De seguida auxiliando-se com um projeção, referiu basicamente que: - A execução orçamental da receita, foi conforme impõe a lei das autarquias locais, superior a 85%, atingindo 94,10%; - A poupança corrente atingiu mais de 5.700.000,00 €, cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental, com uma receita corrente maior que a despesa corrente; - Relativamente ao nível do orçamento da receita corrente, houve um grau de execução da receita corrente de 99,48%, com uma receita corrente cobrada bruta de 19.700.000,00 €, destacando-se transferências correntes de 9.200.000,00 € e impostos diretos que ultrapassam os 8.000.000,00 €; - Ao nível da execução do orçamento da receita de capital, o FEF atingiu o valor de 783.000,00 € e as candidaturas o valor de 1.300.000,00 €; - Ao nível dos financiamentos obtidos, quase 3.000.000,00 € em termos de candidaturas; - A incorporação do saldo da gerência anterior de que já falou; - As despesas com pessoal, como sendo a fatia maior da despesa, nomeadamente com, as remunerações, a Segurança Social, a ADSE e os seguros de acidentes de trabalho; - Quanto à aquisição de bens e serviços, que se destacam a energia, os combustíveis, os transportes escolares, as refeições escolares, com mais de 1.200.000,00 €, os subsídios correntes para as coletividades e para as freguesias e os financiamentos para os contratos-programa da INOVA, também com mais de 1.000.000,00 €; - Ao nível das despesas de capital, destacaram-se, as empreitadas, as obras de administração direta, as aquisições de terrenos para as zonas industriais, as amortizações dos *leasings* e os subsídios para as Juntas de

Freguesia e coletividades na área do investimento e as participações do Município no fundo de apoio municipal, num total de 8.700.000,00 €; - Ao nível da despesa paga, nas Grandes Opções do Plano, separadas por funções, verificou-se que as funções sociais apresentam maior volume, nomeadamente, 5.700.000,00 €; - Que o Saldo de Gerência, que resulta da diferença entre as receitas cobradas, acrescidas do saldo que transitou no ano anterior e os pagamentos ocorridos nesse mesmo exercício, atingiu o valor de 3.475.238,81 €; - Ao nível do balanço, um aumento de 1.850.000,00€ no ativo líquido, o que reflete um aumento ao nível do imobilizado e uma diminuição do passivo, bem como a redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo; - Que a tendência crescente dos fundos próprios reflete a estabilidade económica do Município, tendo atingido o resultado líquido do exercício de 3.020.000,00 €; - Ao nível da demonstração de resultados, que os custos com pessoal surgem em destaque, seguidos dos fornecimentos de serviços externos, dos subsídios correntes concedidos e dos proveitos onde se incluem as transferências e os subsídios obtidos no valor de 24.000.000,84 €, tendo atingido um resultado líquido do exercício de 3.017.385,61 €, com uma proposta de reforço das reservas legais de 150.869,28 €, 5% dos resultados líquidos e ainda do reforço das reservas livres de 2.866.516,33 €; - Ao nível do endividamento, informou que o limite da dívida total está em 29.300.000,00 €, com uma margem absoluta de 16.848.000,00 € e que, com a alteração da lei, se pode utilizar 100% dessa a margem. Resumiu, finalmente que, para falar nas principais métricas alcançadas durante o ano de 2019, neste momento o Município tem uma taxa de execução orçamental da receita de 94,10%, uma taxa de execução da despesa de 81,63%, uma taxa de execução das Grandes Opções do plano de 73,95%, uma disponibilidade de quase 4.000.000,00 €, uma poupança de 5.700.000,00 €, um saldo gerência de 3.500.000,00 €, com um aumento de fundos próprios de

5.500.000,00 €, um prazo médio de pagamento de 14 dias, um resultado líquido de 3.02.000,00 € e com o limite da dívida de 0.64% da média da receita do último trimestre.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual agradeceu a apresentação detalhada do Relatório de Gestão, efetuada pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio. Informou de seguida que, como é possível ter acesso a toda a documentação e a todos os valores do relatório, de facto, seja qual for a vertente que for analisada e a abordagem que for feita, verifica-se que todos os indicadores acabados de enunciar, demonstram uma continuidade e uma evolução positiva das contas municipais, com o incremento da atividade camarária e com um número significativo de obras e intervenções. Acrescentou que, em 2019 assistiram a uma forte consolidação financeira, com uma diminuição do passivo em mais de 3.000.000,00 € e o aumento do ativo em 1.800.000,00 €, em contraciclo com o desaceleramento da economia portuguesa naquele ano, face a 2018, devido essencialmente do abrandamento do consumo das famílias, segundo dados do INE. Referiu ainda que: - O endividamento do Município é de 0.64% quando a o limite da média da receita do último triénio é de 1,5%, a taxa de execução orçamental ao nível da receita de 94,1% e a redução do passivo de 3.000.000,00 €, sendo a disponibilidade no valor de quase 4.000.000,00 €, refletindo um aumento de 32% face a 2018, sendo o resultado do Município com o cuidado que tem e tem vindo a ter em criar recursos de modo a fazer face a eventuais constrangimentos orçamentais; - Como a poupança corrente foi de mais de 5.000.000,00 €, conclui-se que o Município de Cantanhede cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos; - A poupança corrente permitiu um incremento de despesas de investimento e revela uma verdadeira eficácia

do controlo orçamental; - Tal como em 2018, foi efetuado o pagamento na totalidade das faturas recebidas até 31 de dezembro, graças à disponibilidade de tesouraria, sendo o prazo médio de pagamento a fornecedores de 14 dias, menos 6 dias no ano anterior; - O apoio às freguesias aumentou 23,96% face ao ano de 2018, como resultado da boa parceria entre o Município e as Juntas de Freguesia; - O apoio ao associativismo durante o ano de 2019 atingiu um valor de 1.300.000,00 €; - A subida da despesa corrente de 1.000.000,00 € resulta essencialmente do acréscimo dos encargos decorrentes da regularização dos trabalhadores de vínculo precário, do descongelamento de carreiras e do aumento das prestações sociais. Concluiu assim que, quer a Sr.^a Presidente da Câmara, quer o restante executivo e todos os colaboradores do Município, estão de parabéns por aqueles excelentes resultados, sendo evidente que o Município de Cantanhede se encontra preparado para dar respostas aos crescentes desafios que se perspetivam, com vista ao desenvolvimento económico e social do nosso concelho.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 35 – «Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2019 e aplicação do resultado líquido do Exercício / Relação dos bens patrimoniais do Município»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 24 Votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros da bancada do PSD, do seguinte teor: *“Os relatórios de gestão, mais que documentos políticos, são documentos económico-financeiros, que atestam o maior ou menor rigor da gestão executiva, seja na dita vertente económica, seja ainda no cumprimento dos*

objetivos políticos traçados. As opções políticas são discutíveis, os excelentes resultados alcançados são uma evidência e têm vindo a melhorar de ano para ano, conforme atestam inúmeras entidades que auditam e analisam as contas municipais. Neste cenário, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede, só pode votar favoravelmente o Relatório de Gestão – 2019 da Câmara Municipal de Cantanhede, destacando os seguintes aspetos que considera evidenciadores das boas práticas de administração e que contribuem para o desenvolvimento sustentado do concelho: Os indicadores económicos continuam a revelar uma evolução muito positiva das contas municipais, tanto mais que a atividade camarária atravessa um período de fulgor, concretizado na realização de obras, intervenções e candidaturas em elevado número e de maior importância, isto apesar do abrandamento do crescimento da economia e das exportações que se verificou a nível nacional; Taxas elevadas de execução orçamental demonstram adequação previsional e capacidade de executar o previsto, atingindo-se elevadas percentagens nas diversas áreas, com particular incidência na execução no orçamento da receita, superior a 94%; O princípio do equilíbrio orçamental continua a ser largamente cumprido, com a poupança corrente, ou seja, a diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, a situar-se num valor superior a 5,7 Milhões de euros, refletindo assim a eficácia do controlo orçamental e permitindo o incremento das despesas de investimento, como se tem enfatizado nos últimos anos; Do maior relevo é também a redução da dívida de médio e longo prazo em mais de 2.9 Milhões de euros, um decréscimo estrutural de quase 38% em relação a dezembro de 2018, sendo igualmente de relevo a descida da dívida de curto prazo que baixou mais de 142 mil euros, um abatimento de 3,7 %; A Câmara Municipal de Cantanhede, seja em termos absolutos ou comparativos, tem ganho destaque no panorama regional e é um parceiro sério para os seus

fornecedores e prestadores de serviços. Tal como nos últimos anos, efetuou-se o pagamento de todas as faturas recebidas até 31 de dezembro de 2019, e o prazo médio de pagamento a fornecedores continua a baixar, sendo agora de 14 dias, menos seis que em 2018 e metade do prazo de 2016; Tal como no ano anterior, a subida da despesa corrente num pouco mais de 1 milhão de euros, continua a ser plenamente justificado com imperativos de índole social e laboral, nomeadamente a regularização dos trabalhadores com vínculo precário, o acréscimo dos encargos decorrentes com o descongelamento das carreiras e o aumento dos valores das prestações sociais; As funções sociais já representam mais de 50% dos pagamentos efetuados no âmbito das Grandes Opções do Plano, com um valor superior a 5,6 Milhões de euros, que abrange nomeadamente refeições e transportes escolares, obras de beneficiação e apetrechamento de estabelecimentos de ensino e incentivos de apoio à natalidade, apoio a agregados familiares em situação de extrema carência económica, entre muitos outros; As transferências e os subsídios às Juntas de Freguesia subiram cerca de 24% (são já mais de 900.000 €) e conjuntamente com o apoio ainda mais significativo às coletividades do concelho (1.300.000 €), representam um peso significativo e crescente, que demonstra o dinamismo das autarquias de freguesia e do tecido associativo, mas também a atenção e apoio que a Câmara dá a esses agentes potenciadores da proximidade e do desenvolvimento local; A conjugação dos resultados obtidos nas diversas rubricas permite a obtenção de um saldo de gerência orçamental a transitar para 2020 superior a 3,4 Milhões de euros, do maior relevo quando se verifica que houve uma redução do passivo superior a 3.6 Milhões de euros, um aumento do ativo superior a 1.8 Milhões de euros e o resultado líquido do exercício ultrapassa os 3 Milhões de euros; Tudo isto contribui para um montante de disponibilidades a rondar os 4 Milhões de euros, o que representa um

aumento superior a 32% relativamente ao ano transato, criando uma almofada orçamental fundamental para fazer face aos desafios presentes e futuros, nomeadamente para fazer frente ao quadro de transferência de competências do Estado Central, para alavancar investimentos e sobretudo, para fazer face aos desafios nos são colocados pela crise de saúde, mas também pela crise económica e social provocada pela pandemia de COVID-19. Os bons resultados merecem também uma apreciação política, que não sendo unânime, é politicamente transversal, que se traduz no voto favorável do PSD, como é natural, mas também do Vereador Independente, Gonçalo Magalhães e do Presidente da Junta da Cordinhã. Pelo exposto, a bancada do PSD vota favoravelmente o Relatório de Gestão 2019 da Câmara Municipal de Cantanhede.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 36 – «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidada do Município de Cantanhede relativo ao ano económico de 2019»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem apresentar as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Assim, informou que o documento apresentado à Assembleia diz respeito ao perímetro de consolidação do grupo autárquico, onde se inclui o Município de Cantanhede, a ABAP, o BIOCANT e a INOVA. Informou de seguida que houve um aumento do ativo líquido de 626.116,19€ e face ao aumento do imobilizado das disponibilidades, um aumento de fundos próprios em 5.703.602,79 € e um decréscimo de 5.071.069,09 € devido à conjugação de dois fatores, a diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo e a diminuição dos acréscimos e diferimentos. Ao nível da demonstração de resultados, houve uma

diminuição dos custos e perdas no montante de quase 1.000.000,00 € e uma diminuição de proveitos e ganhos no montante de quase 2.600.000,00 €, pelo que e apesar da diminuição do resultado líquido do exercício em cerca de 1.000.000,00 €, que tem a ver com as atividades desenvolvidas pelo grupo autárquico, geraram um resultado positivo de 3.146.229,00 €. Ao nível dos fluxos de caixa consolidados, verificou-se que o saldo da gerência consolidada do grupo autárquico que vai transitar para o exercício económico de 2020 é de 4.563. 840,68 €. Referiu de seguida que, para o Município é muito importante que o resultado líquido daquelas entidades, concretamente da INOVA, seja positivo porque faz com que o não tenha problemas do ponto de vista económico-financeiro que pudessem ser geridos de uma forma muito mais difícil e com problemas graves para a própria empresa municipal. Perante os problemas que outros Municípios têm vindo a ter nesta área, afirmou que, felizmente que a empresa municipal foi criada na altura certa, podendo ter investimentos na água e no saneamento, com grande apoio comunitário, porque à medida que o tempo passa, cada vez mais esses apoios em termos de candidaturas europeias vão ser focalizados em empresas intermunicipais, como está já a acontecer, não só com a APIN, como com uma outra empresa que engloba Mira, Montemor-o-Velho e Soure. Finalmente, deu um louvor a todas as entidades que fazem parte do grupo autárquico do Município.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu que, relativamente à apresentação efetuada, se verifica que todos os indicadores são positivos, indicando que o Município está no bom caminho. Relativamente aos resultados positivos da INOVA, questionou sobre a previsão desses mesmos resultados para o ano de 2020 devido a algum impacto pela não realização de alguns eventos, como por exemplo, a EXPOFACIC.-----

----- Tomou ainda a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que tanto no presente ponto, como no ponto anterior, os assuntos em causa mereceram parecer positivo da Revisora Oficial de Contas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 36 – «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidada do Município de Cantanhede relativo ao ano económico de 2019»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 24 Votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2020»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a 2.ª Revisão tem a ver com a criação de rubricas novas e da inserção de obras relacionadas com a verba do empréstimo que vai afetar essencialmente aquelas intervenções, e ainda decorrente da aprovação do Orçamento de Estado, a correção que foi feito relativamente aos FEF's. Acrescentou que o valor total do orçamento não aumentou, porque foi retirada verba na parte de venda de bens de investimento para não inflacionar o orçamento e a sua execução ser correta, e foram inseridas diversas obras, nomeadamente, a requalificação da estrada de Febres / Vilamar, a requalificação da estrada 335 Cantanhede / Arazede, a reabilitação da Casa da Cultura, entre outras. Referiu finalmente que a revisão cumpre a regra do equilíbrio orçamental, que representa a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente com o valor médio das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, com um saldo positivo de 1.760.648,65 €.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2020»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 24 Votos a favor e 6 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo solicitado a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que convidou todos os presentes a participarem nas cerimónias do 25 de julho, no dia do feriado Municipal, dando de seguida uma explicação sobre a forma como as mesmas irão decorrer, cumprindo as regras que a DGS impõe perante a situação da pandemia vivida.-----

----- Finalmente, sendo 20h55 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente: *João Moura*

----- O Primeiro Secretário: *João Maria*

----- A Segunda Secretária: *Helena Teodósio*